



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1434/16	DATA: 22/11/2016	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h54min	TÉRMINO: 17h57min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - jornalista, analista político e Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP.
MARCELLO LAVENÈRE - advogado, professor universitário e ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil —OAB.
CLEBER CÉSAR BUZATTO - Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

SUMÁRIO

Audiência Pública e deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 3ª Reunião, realizada no dia 16 de novembro.

Pergunto se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO AFONSO MOTTA - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Não havendo discordância do pedido da não leitura da ata, pergunto se algum Parlamentar deseja retificá-la. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, em votação.

Os Deputados que concordam com a aprovação da ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Ofício da Liderança do PSD, que desliga da condição de suplente o Deputado Goulart, do PSD de São Paulo, e indica o Deputado Herculano Passos, do PSD também de São Paulo, para suplente desta Comissão.

Ordem do Dia.

Audiência pública e deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Vamos iniciar pela audiência pública.

Esta audiência pública é resultado dos Requerimentos nºs 4, 5 e 6, de 2016, de autoria da Deputada Luiza Erundina, e do Requerimento nº 20, de 2016, do Deputado Alessandro Molon.

Convido para tomar assento à mesa o seguinte convidado: o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, jornalista, analista político e Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP.

Esclareço aos Srs. Parlamentares e aos senhores expositores que a reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet e sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem ao microfone.



Para o bom ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os expositores terão até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, e não poderão ser aparteados.

Os Deputados terão a palavra, conforme a lista de inscrição, por 3 minutos, com preferência os autores dos requerimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, cujas qualificações já foram citadas.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - Sr. Presidente, Deputado Lázaro Botelho; Deputado Lucio Vieira Lima; Sr. Relator, Deputado Vicente Cândido; Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente agradecer o convite desta Comissão, uma iniciativa da Deputada Luiza Erundina, para falar hoje aqui sobre a reforma política, que é um tema recorrente em nosso País.

Provavelmente darei uma abordagem completamente diferente da que será feita pelos expositores que me seguirão, em razão de estar convencido de que a reforma política precede, do ponto de vista da legislação, de uma mudança cultural. Enquanto não houver uma modificação do *modus operandi* dos líderes partidários e dos agentes públicos, de um modo geral, certamente não conseguiremos resgatar a importância dos partidos e a importância da política de um modo geral.

Começo dizendo que uma reforma política, em sentido amplo, representa um conjunto de regras que organizam a prática do sistema representativo. No sentido estrito, essa reforma se limita apenas aos sistemas eleitorais e partidários que definem a forma como o eleitor faz suas escolhas e como os votos são convertidos em mandatos.

Então, uma reforma política, em sentido restrito, tem como objetivo a definição de regras para a distribuição do poder entre os sujeitos do processo político. Como regra, a reforma ou a mudança de modelo se impõe pelo esgotamento do sistema em vigor que reclama mudanças.

Nesse sentido, a pauta da sociedade em relação à reforma política, organizada e articulada pela plataforma dos movimentos sociais, é a que mais me parece adequada. Ela defende basicamente cinco eixos: reforço da democracia direta, da democracia participativa, da democracia representativa, reforma nos meios de comunicação e também no sistema de Justiça.



É claro que todos nós sabemos que a reforma política é sempre um tema complexo, polêmico e gerador de tensões. Daí por que a dificuldade sempre de reunir maioria para aprovar uma reforma com esse caráter tão amplo.

É preciso dizer que, nesse campo, nesse terreno, não existe solução teórica ou desenho institucional ideal ou ótimo. Os arranjos sempre serão um produto da correlação de forças e das condições objetivas da disputa em torno desses modelos.

Por isso, a reforma política é um tema recorrente no Brasil.

Sempre que há uma crise, nos períodos de campanhas eleitorais, seja nos pleitos municipais, estaduais e nacionais, e em início de mandato de parlamentares e de presidente da República, esse tema volta às manchetes de jornais e à agenda política de um modo geral, a ponto de hoje haver na sociedade, no Parlamento e no próprio Governo um consenso sobre a necessidade e até urgência de uma reforma política, mas não existe nenhum acordo a respeito desse conteúdo.

Todos, no plano teórico, defendem uma reforma que tenha como escopo fortalecer os partidos, dando-lhes consistência ideológica e programática; que combata a corrupção; que promova o equilíbrio na disputa eleitoral; que aproxime os representantes dos representados; que, de alguma forma, garanta a presença de gêneros na composição do Parlamento; e que amplie os mecanismos de consulta e participação popular. Mas, como já dito, não existe nenhum acordo a respeito desse tema.

Qual é o grande problema disso? É que qualquer pesquisa que se faça no País atribui as mazelas da vida pública à ausência de uma reforma política moralizadora. E isso preocupa por três motivos.

O primeiro motivo é que não será uma tarefa fácil promover uma reforma política moralizadora que valorize os partidos e aproxime os representantes dos representados. Além da complexidade do tema, há interesses políticos, partidários e pessoais envolvidos que podem inclusive comprometer a reeleição de alguns Parlamentares. Então, é natural que haja resistência, especialmente num parlamento que tem uma quantidade superior a uma dezena de partidos médios que se contrapõe a esse modelo de reforma.

Qualquer reforma estrutural no sistema eleitoral e partidário sempre terá ganhadores e perdedores. É, portanto, uma questão de escolha. Por isso, até agora



não houve votos suficientes para aprovar uma reforma, nem mesmo em nível infraconstitucional, em relação a alguns temas.

Em segundo lugar, porque, mesmo que se faça uma reforma política ampla, não existe garantia de que isso efetivamente irá resolver todas as mazelas da vida pública, como virou senso comum. A falta de educação política e os custos da participação só serão superados com mudança cultural dos eleitores e, principalmente, das lideranças políticas e partidárias. Enquanto as pessoas não souberem o que são, para que servem, o que fazem e como funcionam as instituições, não haverá uma representação política autêntica, com participação e controle político e social. As escolas, os partidos, a imprensa, infelizmente ninguém cuida desse aspecto da educação política. Os desatentos, por assimetria de informação ou por descrença na vida política, não mudarão de atitude se não forem informados sobre o papel das instituições e estimulados a participar, especialmente via plebiscito, referendo, iniciativa popular etc.

Por exemplo: a maioria das pessoas não sabe que a missão institucional do Parlamento, constituído de representantes de partidos, é organizar, democrática e pacificamente, as contradições que a sociedade não pode nem deve assumir, sob pena de retorno da barbárie. Ora o Parlamento decide de acordo com o pensamento de um grupo, ora decide de acordo com o pensamento de outro, mas ele é indispensável porque arbitra o conflito e o retira, portanto, da disputa entre as pessoas. Não sabem, igualmente, que a influência positiva ou negativa do Estado em sua vida é determinante. Não sabem, por exemplo, que o Estado, enquanto não inventarem outra forma de organização social — vai demorar mais de 100 anos para que isso conteça —, continuará exercendo, em sua plenitude, os três monopólios que inerentes à sua criação: o poder de impor conduta e punir seu descumprimento, poder coercitivo; o poder de tributar e, portanto, de arrecadar compulsoriamente de toda a sociedade; e o poder de legislar, de fazer leis obrigatórias para todos. E o emprego desses monopólios depende das instituições, dos poderes públicos, das diretrizes e da visão de mundo dos titulares desses poderes públicos, particularmente do Poder Legislativo e do Poder Executivo, cujos titulares são eleitos pelo voto popular.



Enquanto as pessoas não tiverem clareza de que o Estado, por intermédio de suas instituições, regula a relação entre as pessoas e essas instituições — e, portanto, ele pode utilizar esse poder para o bem ou para o mal —, elas não vão participar ativamente desse processo. Isso requer um investimento na educação política, o que, infelizmente, não tem sido feito no Brasil.

Em terceiro lugar, não adianta mudar o sistema eleitoral se não houver mudança cultural, especialmente nos partidos políticos. Os agentes políticos precisam ter consciência de que o eleitor é titular do poder. Quando o eleitor delega alguém para, em seu nome, legislar, fiscalizar, representar, alocar recursos públicos ou administrar uma cidade, um Estado ou a própria União, ele o faz com base em um programa, com exigência de prestação de contas e alternância no poder. Infelizmente, não se presta contas no Brasil. Se cada Parlamentar dividisse seu Estado em regiões e pudesse, a cada 3 meses, visitar uma dessas regiões e prestar conta de seus votos, de seus pareceres, de seus pronunciamentos, de suas ações em favor daquela comunidade, certamente haveria uma maior aproximação entre o representante e o representado. Infelizmente, a maioria se elege e não dá satisfação. Isso leva à descrença dos eleitores nos agentes públicos e na política, de modo geral.

As manifestações de junho de 2013, em que o cidadão se manifestou nas dimensões de eleitor, de contribuinte, de usuário de serviço público, de consumidor, etc., não foram consideradas pelos agentes públicos, de modo geral. Eram manifestações pedindo maior presença do Estado na sua dimensão de fornecer políticas públicas e serviços públicos de qualidade. Infelizmente, talvez pelo fato de ter sido convocado por redes sociais, visto que num regime representativo nada funciona sem institucionalidade, em lugar de estimular a participação, criou uma descrença nas pessoas, uma indignação, e elas, então, passaram a desqualificar a política, a desqualificar os agentes públicos e governantes.

Isso é uma tragédia, porque não há solução para os problemas coletivos fora da política. Todas as conquistas do processo civilizatório foram produto de decisão política, quais sejam os direitos civis, os direitos políticos, os direitos sociais, os direitos difusos e coletivos, os direitos bioéticos, etc.



Então, negar a política tem duas consequências. Uma delas é para quem nega de má-fé, porque quer se apropriar do aparelho do Estado para defender interesses que não são republicanos. Outra é para os desinformados, que são as potenciais vítimas de quem se assume desse aparelho do Estado.

Nesse episódio de 2013, por exemplo, a população se manifestou aos milhões nas ruas, e não houve resposta. Ela, então, se indigna com a política, fica contra tudo o que está aí e se identifica com o primeiro que aparece com discurso semelhante ao dela, contra tudo o que está aí. E como não há informação política adequada para fazer a pergunta, porque não basta votar a partir de diagnóstico, tem que ter prognóstico, é preciso saber o que essas pessoas têm para colocar no lugar do que ela é contra, se isso coincide com o que elas efetivamente desejam. Infelizmente, não foi o que aconteceu não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. Estamos vivendo um momento em que se apresentar negando a política parece ser uma credencial. Isso é uma tragédia, porque as pessoas se identificam com um discurso e vão se frustrar muito mais, porque esse discurso é sempre da negação, não vai trazer aquilo que a população tem expectativa de ter. Esse é um aspecto que é preciso enfrentar.

Os partidos são entidades civis, com autonomia e independência, com liberdade para atuar livremente, sem qualquer interferência ou intervenção do Estado, mas, infelizmente, os partidos não se autorregulam. Por exemplo, não controlam filiação; falta-lhes nitidez ideológica e programática; não existe clivagem social clara; não existe coerência entre discurso e prática; permitem o uso de caixa dois, que é crime; promovem alianças sem compromisso ideológico ou programático, que resultam nessa pulverização partidária que vemos por aí, a ponto de as eleições de 2014 terem elevado o número de partidos de 22 para 28.

Enquanto os partidos, nas eleições proporcionais, recrutarem seus candidatos e fizerem as suas coligações preocupados apenas com o aumento dos recursos do fundo partidário e com a ampliação do direito de antena ou do horário eleitoral gratuito, não haverá reforma política que resolva esse problema. Esse problema é uma questão cultural, uma questão de postura, de conduta, etc.

O sistema de coligações, no qual os partidos se unem apenas para somar votos, sem qualquer compromisso programático, leva a uma distorção de nosso



sistema eleitoral. Digo isso pelo seguinte: em primeiro lugar, o eleitor vota num candidato e ajuda a eleger outro que pode pensar diametralmente o oposto ao que pensa aquele no qual votou; em segundo lugar, sequer o eleito sabe a quem prestar contas, considerando esse processo de coligação sem identidade programática.

Então, a mudança na legislação deve vir acompanhada de mudança de postura dos dirigentes partidários e dos agentes públicos.

A Comissão, na minha avaliação, daria uma grande contribuição se incluísse como uma das obrigações das escolas acrescentar no seu currículo a formação política. Elas deveriam explicar o que são, o que fazem e como funcionam as instituições, sob pena de não se resgatar efetivamente a importância da política, a legitimidade da política.

O escopo da reforma que está sendo discutida aqui e no Senado me parece que está muito voltado para a redução do número de partidos. No Brasil isso é cíclico. Desde que os partidos ganharam dimensão nacional, a partir de 1945, com exceção do período entre 1965 e 1979, do regime militar, em que houve bipartidarismo, sempre houve pluripartidarismo. Esse pluripartidarismo foi moderado no período entre 1980 a 1985, quando existiam seis partidos, foi menos moderado no período entre 1986 a 1988, porém com um partido majoritário, o PMDB, e foi exacerbado a partir de 1989 até os dias atuais, quando se chegou ao número de 28 partidos com representação.

Então, se o objetivo é reduzir o número de partidos, a forma mais eficaz de fazê-lo sem retirar a autonomia e a independência do partido é a adoção da cláusula de barreira e o fim das coligações nas eleições proporcionais. Mas, na prática, isso traz um problema: impedir que os partidos de natureza ideológica possam ter representação aqui no Parlamento. O ideal é que, se isso for adotado, em primeiro lugar, seja com generosa regra de transição, começando com um percentual muito baixo, e que se crie a federação de partidos, para que partidos com unidade programática e ideológica possam se coligar durante todo o mandato e marchar juntos.

Nós fizemos uma simulação, com base nos votos de 2014, de como ficariam as bancadas nas hipóteses de fim da coligação e de adoção do distritão. Os três grandes partidos, o PT, o PMDB e o PSDB, cresceriam nessas hipóteses. Eu tenho



os dados aqui. Depois, passo para o Relator. Todos os demais decresceriam em função desse modelo, seja o distritão, seja o fim da coligação nas eleições proporcionais. Fizemos também um levantamento com base na cláusula de barreira e com base naquela proposta aprovada no Senado, que está em votação final, que prevê um percentual mínimo nacional 2% e 3% dos votos válidos. No caso de 2%, ficariam 13 partidos, e no caso de 3%, 11 partidos. Então, haveria um enxugamento bastante significativo do ponto de vista dos partidos.

Agora, a cláusula de barreira prevista no Senado não tem o objetivo de, uma vez não atingida a cláusula, o partido ficar impedido de ter representação no Congresso. Não. Ela garante a sua representação, mas não dá o seu funcionamento parlamentar, que é a prerrogativa de ter acesso ao horário eleitoral gratuito, de ter acesso ao gabinete de Liderança, de ter direito aos recursos do fundo partidário. Isso, na prática, também, impede a atuação dos partidos.

A reforma política é um tema sempre muito complexo, até naquelas matérias que dependem de legislação ordinária, como o financiamento de campanha e a adoção, por exemplo, de lista fechada no sistema proporcional, que eu defendo. Mesmo para este, dada a complexidade e a disputa entre os vários partidos, não se consegue a maioria para mudar o modelo atual, que é de lista aberta.

O financiamento de campanha é um problema que precisa ser enfrentado. Nós não temos a cultura aqui da contribuição cidadã. Precisamos intensificá-la, mas, se isso for alterado para mudar esse modelo, terá que ser exclusivamente para o financiamento público de campanha ou uma hipótese de fundo em que haja uma espécie de equidade. Doar para candidato individualmente mantém o desequilíbrio, e, indiscutivelmente, o poder econômico continua influenciando a pauta do Congresso.

Há uma série de outros pontos que poderiam ser objeto de uma reforma ampla, mas eles demandam alteração no texto constitucional. Não são temas que se analisem com facilidade. Cito alguns exemplos: a substituição do voto proporcional pelo majoritário ou pelo distrital misto, que eu pessoalmente sou contra, mas é uma hipótese que pode ser examinada; o fim de coligação nas eleições proporcionais; cláusula de barreira, o que requer, repito, alteração no texto constitucional; instituição de voto facultativo; destituição de mandato; previsão de candidatura



avulsa; fim de reeleição; eleição de suplente de Senador; aumento de mandato dos titulares do Poder Executivo com o fim da reeleição, enfim, uma série de pontos.

Dá para concluir que a grande verdade é que, no Brasil, se vive uma reforma política permanente desde 2005 (*sic*), de modelo incremental, com uma mudança ou mais mudanças em cada período de 4 anos, conforme, rapidamente, vou listar.

Houve o princípio da anterioridade na Emenda nº 4, de 1998, que previu que a lei que alterar o processo eleitoral só entre em vigor se aprovada 1 ano antes da eleição; a Lei de Inelegibilidade, de 1994, a Lei Complementar nº 81, que tratou da perda de mandato por 8 anos; a Lei dos Partidos Políticos, de 1995, que criou o fundo partidário e tratou do funcionamento parlamentar, que acabou sendo rejeitado pelo Supremo, e tornou permanente a legislação nas eleições do País; a Lei de Combate à Compra de Votos, que foi uma iniciativa da CNBB, em 1999; a minirreforma eleitoral de 2006, que reduziu os gastos de campanha, proibindo o uso de brindes e *outdoors*; a fidelidade partidária, que foi uma decisão do Supremo, em 2007; a minirreforma de 2009, para vigorar em 2010, que autorizou a punição por evidência de dolo e ampliou o prazo para representar contra condutas vedadas; a Lei da Ficha Limpa; a proibição de portabilidade do fundo partidário e do horário eleitoral gratuito.

Enfim, sempre há uma atualização, mas ela nunca é suficiente para cumprir essa função de aproximar o representante do representado, de dar um maior equilíbrio a essa disputa.

Os senhores têm aqui a oportunidade de fazer uma reforma política, mas volto a insistir em um aspecto. É praticamente impossível aprovar uma reforma política sem generosas regras de transição. Se não houver regra de transição para vigorar na eleição seguinte ou nas duas seguintes, dificilmente se conseguirá maioria para aprovar uma reforma com esse escopo.

Mas o recado que eu quero deixar aqui essencialmente é o de que, sem mudança cultural, não há reforma que tenha o poder de oxigenar e recuperar a credibilidade da política, o que será uma lástima se não conseguirmos.

Acho que deve se fazer um esforço muito grande no sentido de resgatar a importância da política na vida das pessoas, sob pena de completa deslegitimação e de ocorrer o que está acontecendo, por exemplo, nos Estados Unidos. Alguém se



elege para a presidência daquele país simplesmente negando a política, e as pessoas votam na expectativa de que aquela negação vai lhes trazer qualidade de vida, e sabemos que, necessariamente, isso não lhes irá trazer.

Para concluir, quero, mais uma vez, agradecer a paciência de todos os senhores e, mais uma vez, agradecer a Deputada Luiza Erundina pela gentileza de nos ter convidado.

Nós trouxemos e vamos distribuir para quem tiver interesse — está aqui na Secretaria — uma cartilha que fizemos em 2013, com o relato de todas as tentativas de reforma política anteriores. É um material que sistematizou todo o debate a respeito deste tema, com conceito, e que pode ser útil na reflexão dos senhores em relação a essa oportunidade de uma nova reforma política.

Muito obrigado.

Um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, pela ordem.

É só para fazer a entrega a V.Exa. e ao Relator, além de cumprimentar o Dr. Antônio Augusto de Queiroz. Nós ficamos devendo, no final da última reunião, alguns esclarecimentos sobre o voto impresso. Conversei bastante depois da reunião, inclusive com a Deputada Luiza Erundina.

Então, Sr. Presidente, eu vou lhe entregar para a distribuição a todos os membros da Comissão quatro papéis: a Lei nº 13.165, de 2015, com o texto que foi vetado, 59-A, em que foi derrubado o veto por larga margem; o questionamento do Tribunal Regional Eleitoral do meu Estado sobre o texto aprovado; e as contrarrazões da nossa Consultoria, muito bem elaboradas pelo Consultor Legislativo Luiz Henrique Vogel.

Finalmente, fazendo coro ao que advertiu o Deputado Afonso Motta, há uma estatística que esclarece bem onde é que nós estamos lenhando. Nos últimos 10 anos, complementando o que disse o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, a Câmara aprovou 16 tópicos de proposta de reforma política dentre 875 que foram objetos de deliberação. Ou seja, é uma taxa de aprovação de 1,3%. Por isso, nós queremos ter pouca coisa para deliberar.

Obrigado, Sr. Presidente.



Vou lhe entregar e peço que autorize a distribuição aos membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - E há uma alta taxa de derrubada de Relatores.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Alta taxa de mortalidade!

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nenhum conseguiu até agora ter êxito em seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Quero cumprimentar todos os Deputados e todas as Deputadas, em especial a Deputada Luiza Erundina, que é autora do requerimento.

Registro a presença do Sr. Marcello Lavenère, para tratar da questão indígena. Obrigado pela presença. Quero cumprimentar o Sr. Antônio de Queiroz, a quem só falta o diploma. O uniforme de deputado ele já tem porque vive mais na Casa do que os próprios Parlamentares. Ele avalia o nosso trabalho, o que é importante. Isso dá a ele e ao DIAP muita condição de fazer a crítica, fazer a proposição.

A sua cartilha já é um material de travesseiro para nós nos debruçarmos. Agradeço muito a disposição de estar hoje conosco e também acompanhar permanentemente o nosso trabalho.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu quero propor à Mesa que convide os outros dois convidados, que já estão presentes, que constam dos requerimentos aprovados e estão aqui representados nesta audiência pública, para que possamos depois abrir o debate a partir das intervenções dos outros dois que estão presentes.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Aliás, é de praxe ouvir todos os expositores. Por isso, achei que o Sr. Marcello Lavenère falaria outro dia, porque ele estava na bancada. Normalmente ouvimos todos os expositores para, depois, falarmos.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - É que ele não foi convidado para ir à Mesa.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Foi uma falha técnica da Mesa, mas vamos ouvi-lo.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - E também o representante do Conselho Indigenista já está no plenário.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu acho, Sr. Presidente, se me permite, é melhor ouvirmos os expositores, até em deferência a eles. Nós sabemos que o nosso dia está bem turbulento e teremos que sair daqui a pouco para fazer outra votação. Acho que é mais adequado ouvir os expositores. Depois falamos nós. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Eu não havia convidado todos de uma só vez, porque não havia espaço para todo o mundo sentar aqui. Agora eu vou convidá-los.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Só são três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Convido o Sr. Marcello Lavenère, advogado, professor universitário e ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Ele é um emblema da luta democrática em nosso País, a quem devemos muito a sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Convido também o Sr. Cleber César Buzatto, graduado em Filosofia. Atualmente é Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

Com a palavra o Dr. Marcello por até 20 minutos.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Lázaro Botelho; Sr. Deputado Vicente Candido, Relator; meu estimado amigo Toninho, Dr. Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP; meu estimado amigo Dr. Cleber, que representa aqui o Conselho Indigenista Missionário, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. Deputada Luiza Erundina, penso, Deputada Luiza Erundina, que a moderna Medicina vai ajudar à senhora e a mim um dia vermos este assunto enfrentado de maneira profunda, de maneira republicana, de maneira eficiente, tão importante para a nossa democracia.

Com isso, faço as homenagens à senhora, Deputada Luiza Erundina, que tem sido, há anos, um baluarte nesta luta.



Srs. Deputados e Sras. Deputadas, compareço, neste momento, a esta audiência em nome da CNBB, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A CNBB, há muitos anos, se preocupa com o tema da reforma política. Em 2010, há 6 anos, a CNBB produziu um documento. Mas não foi no começo da luta da CNBB pela reforma política. Eu tenho esse documento para uma reforma do Estado por participação democrática, realizado em 2010. Em 2013, a CNBB se incluiu numa entidade chamada Coalizão pela Reforma Política Democrática. Essa Coalizão produziu um projeto de iniciativa popular que colheu 1 milhão de assinaturas e foi entregue no dia 10 de setembro de 2013 nesta Casa, Deputado Vicente Candido. Lamentavelmente, tenho que dizer que esse projeto, passados os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, encontra-se na estaca zero.

Nenhum andamento substancial foi dado a um projeto de iniciativa popular que veio assinado por quase 200 Deputados. Não tínhamos ainda as assinaturas, de modo que nos valem da apresentação do Projeto de Lei nº 6.316, de 2013, que foi entregue aqui, simbolicamente, como se fosse de iniciativa popular, com 1 milhão de assinaturas, coletadas no Brasil inteiro, num esforço enorme, especialmente, da CNBB.

Semelhante esforço foi feito pela CNBB por ocasião da apresentação do projeto que resultou na Lei nº 9.840, de 1999, que reprime o abuso de autoridade de poder econômico, também, de iniciativa popular e na área da política nas eleições. Ele foi semelhante ao projeto de lei de iniciativa popular da Lei da Ficha Limpa, gestado, também, na CNBB, e que se transformou na Lei Complementar nº 135, de 2010.

Nós trouxemos a esta Casa 1 milhão de assinaturas, em 2015. E, depois de extremas descortesias produzidas contra a sociedade civil, contra o Bispo Dom Joaquim Mol, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, o então Presidente desta Casa, Deputado Eduardo Cunha, recebeu os volumes com 1 milhão de assinaturas para esse projeto.

No dia seguinte ao da entrega, o então Presidente Eduardo Cunha devolveu as assinaturas. Ele não quis ficar com elas aqui e mandou avisar à Coalizão que ou viriam buscar as assinaturas ou ele não responderia pela integridade delas.



Seriam jogadas no lixo 1 milhão de assinaturas coletadas no Brasil inteiro, por cento e tantas entidades, porque interessava muito pouco ao então Presidente. Para serem recebidas essas assinaturas, praticamente, foi preciso um tremendo esforço dos Deputados e, ao final, depois de entregues, o Presidente foi muito expressivo quando declarou: “*Recebi*”. Aí, deu as costas e foi embora.

Essa atitude do então Presidente da Casa muito comprometeu a credibilidade que a Casa tinha perante a sociedade civil, por conta de anteriores esforços feitos pela sociedade civil e pela CNBB no sentido de motivar os Exmos. Srs. Deputados e as Exmas. Sras. Deputadas para o tema da reforma política.

Antes já havia sido nomeada uma Comissão pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, tendo como Relator o Deputado Marcelo Castro — que eu tenho a impressão de que já não está mais aqui no Plenário. Esse Relator foi destituído pelo Presidente Eduardo Cunha e substituído de maneira insólita nesta Casa.

Por quanto foi possível, naquela ocasião, no ano de 2014 e no de 2015, especialmente, a sociedade civil se plantou aqui nesta Casa, fez questão de discutir esse projeto. Mas havia uma Comissão Especial que discutia a proposta de emenda à Constituição sobre o financiamento de campanha por empresas.

Houve todo o esforço nosso, da sociedade civil, e esta Casa aprovou o nosso projeto que tirava o financiamento ignóbil de empresas para as eleições dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas. O nosso projeto foi aprovado, à noite, às 2 horas da manhã.

Para perplexidade do País, entretanto, no dia seguinte, o Presidente Eduardo Cunha conseguiu nova votação. E, na nova votação, foi aprovada a PEC que introduzia na Constituição Federal o financiamento do capital, o financiamento do poder econômico para as eleições de V.Exas.

Quem salvou a Pátria? O Supremo Tribunal Federal, porque a Ordem dos Advogados do Brasil de então — aquela velha Ordem, a antiga Ordem — entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade — ADI 4.650, em que a CNBB foi *amicus curiae*, estava lá, pleiteando e argumentando contrariamente ao financiamento de empresas para as eleições.

O Supremo Tribunal Federal, numa decisão histórica, retirou, considerou inconstitucional esse financiamento, o que, pelo que sei, é tema desta Comissão.



Está pautado entre os temas que vão ser discutidos nesta Comissão o financiamento empresarial para as eleições — o que já está decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em uma decisão histórica.

Essa última eleição municipal, de Prefeitos e Vereadores, foi a primeira na história deste País em que o poder econômico não estava autorizado a corromper o pleito eleitoral. Eu digo que não estava autorizado porque eu não posso dizer que ele esteja afastado do pleito eleitoral.

Não temos evidências de que a decisão do Supremo Tribunal Federal e a proibição que hoje existe para financiamento de campanhas políticas através de empresas privadas, não temos indícios de que isso tenha sido obedecido à risca. E até seria difícil de ser obedecido à risca, porque, se há uma pessoa que é inimiga dessa medida saneadora da política brasileira é o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, dia sim, dia não, vai à imprensa dizer que a decisão que afastou o financiamento de empresas das eleições é uma lei de bêbados. Uma lei não, foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não, o Supremo está fazendo lei.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - (*Riso.*) Está fazendo lei.

Pois bem, infelizmente o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é um adversário dessa decisão do Supremo.

Eu devo fazer uma correção: a lei à qual o Ministro Gilmar Mendes se referiu como lei feita por bêbados não foi a decisão do Supremo, que não é uma lei, foi a Lei Complementar nº 135, de 2010, a Lei da Ficha Limpa, da qual também ele é um grande opositor.

De modo que nós povo brasileiro estamos numa situação muito difícil, porque a Câmara Federal vota contra o financiamento do capital, do poder econômico nas eleições numa noite e, no dia seguinte, o Presidente da Casa, em uma artimanha, consegue mudar o voto. A Câmara Federal vota a Lei da Ficha Limpa, o Senado vota Lei da Ficha Limpa, praticamente por unanimidade, o Presidente da República a sanciona e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral diz que é uma lei feita por bêbados, e fica por isso mesmo. É muito ruim para a democracia que essas coisas aconteçam e fique por isso mesmo.



De modo que a reforma política é um assunto para o qual a sociedade civil vem comparecendo e se empenhando.

Na Campanha da Fraternidade da CNBB de 2015, um dos temas principais foi a reforma política. Está aqui uma cartilha feita nessa época para as eleições municipais daquele ano, em que a CNBB manifesta sua importância, chama a atenção dos seus filiados para uma reforma política, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que se arrasta há mais de 10 anos nesta Casa.

Nós estamos aqui de novo, comparecendo pessoalmente. Eu já estive aqui, talvez, umas dez, doze ou quinze vezes. Sou do tempo em que cuidava da reforma política o Deputado Ibsen Pinheiro. Depois do Deputado Ibsen Pinheiro, o Deputado Flávio Dino, hoje Governador do Maranhão; depois do Deputado Flávio Dino, o Deputado Henrique Fontana, como Relator da Comissão. Teve ainda o Deputado Caiado, que, aliás, completou o triunvirato de médicos que foram Relatores. Não sei se o Deputado Vicente Cândido é também médico, porque os últimos três Relatores eram: os Deputados Ronaldo Caiado, Henrique Fontana e Marcelo Castro.

Deputado Marcelo Castro, eu havia mencionado o nome de V.Exa. antes da sua chegada a este recinto, homenageando-o bastante pelo papel que desempenhou. Lembrei-me das vezes em que V.Exa. esteve com a Coalizão, com a CNBB, discutindo os vários temas e que, afinal, em pontos fundamentais nós tivemos uma concordância, que valeu a cabeça do Relator. A cabeça do Relator foi cortada e algo insólito aconteceu nesta Casa: o Presidente da Comissão Especial substituiu o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Foi o primeiro *impeachment*.
(Risos.)

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - E eu, pessoalmente, fico preocupado porque exatamente o Deputado Rodrigo Maia foi quem substituiu o Deputado Marcelo Castro e hoje é o Exmo. Sr. Presidente desta Casa.

Digo isso, Sra. Deputada Erundina e Srs. Deputados, para manifestar a preocupação da CNBB e, de alguma forma, da sociedade civil, porque nós e mais cento e tantas entidades da sociedade civil, criamos a Coalizão pela Reforma Política Democrática, que teve êxito, porque afastamos o financiamento privado, empresarial, não via legislação, mas via decisão do Supremo. Fomos capazes de



resistir ao rolo compressor dos que queriam acabar com o voto proporcional e que propunham o voto distrital, distritão, distrital misto, distrital de todos os tipos, e esses tipos todos são absolutamente nefastos, perversos e rejeitados pela sociedade civil. O princípio da proporcionalidade eleitoral é uma conquista da democracia no mundo inteiro. Precisamos aprovar o voto em lista fechada, do qual o nosso Toninho é adepto e eu também sou, e atenuado por uma votação em dois turnos, como está aqui neste projeto, Sr. Relator.

Aproveito a oportunidade para solicitar que eventualmente esse projeto completo que foi entregue aqui, que está arquivado na Comissão de Finanças desde 2013, possa ser trazido para esta Comissão e, de alguma forma, já que foi rejeitado antes, quem sabe, teremos sorte agora e os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas dão o prestígio à sociedade civil de discutir as suas sugestões, não para as receber, de maneira geral ou radical, sem discussão, mas pelo menos para que possa ser discutido.

Mencionamos todo esse histórico da participação da Coalizão, da CNBB, da Comissão de Legislação Participativa, para mostrar que não tem faltado nessas horas o apoio da sociedade civil. Nós não estamos omissos. Até hoje não se fez uma reforma política séria, profunda que mude a cultura dessa política, que é prejudicial à boa imagem dos políticos. Alguém diz: *“Ah, você é político?” “Não, Deus me livre!”*

Não é possível que o País possa conviver com agentes públicos que não merecem credibilidade. Faz-se uma pesquisa, e a credibilidade da classe política é muito baixa.

Portanto, é preciso resgatar essa credibilidade, porque nós não podemos viver sem os políticos. Disse aqui ao Toninho que nós não podemos viver sem os partidos políticos — não podemos —, mas também não podemos conviver com partidos políticos desmoralizados, sem programa, vendedores de horário de televisão, partidos políticos que são verdadeiros guarda-chuvas, passa uma chuva aqui, depois passa para outra lá, porque estimulam a migração de seus membros.

Então, é por isso que nós estamos aqui, mais uma vez, Srs. Deputados. E eu vou repetir o que já disse em momentos anteriores: a sociedade civil não crê, não



tem indício nenhum para acreditar que esta Comissão venha a concluir, de maneira satisfatória, os seus trabalhos.

Lamentavelmente esta é uma realidade, e nós da sociedade civil, nós da CNBB — eu estou autorizado pela CNBB a me manifestar dessa forma —, não acreditamos que o procedimento, Sr. Relator, que está sendo feito possa levar a um resultado diferente dos resultados anteriores, ou seja, nenhum. E por que nós pensamos nisso? Porque, conforme já foi dito aqui pelo DIAP, a aprovação de uma reforma política depende da cultura dos políticos e se quem vai votá-la quer isso. Não há indício algum de que esta Casa queira reforma política. Eu diria até que esta Casa não quer reforma política.

Deputado Marcelo Castro, eu estou dizendo isso aqui agora, mas já disse isso ao Deputado Ibsen Pinheiro, em audiência pública de Comissão, há 10 anos. Apostei com o Deputado Ibsen Pinheiro uma garrafa de vinho — ele é gaúcho —, apostando que eu ganharia a garrafa de vinho porque aquele esforço, daquela época, seria perdido. Ganhei a garrafa de vinho, mas não a recebi. *(Risos.)*

O Deputado Marcelo Castro não é gaúcho, é do Piauí, eu podia até apostar, Deputado Marcelo Castro, uma guiné, um capote.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Uma cajuína.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Isso só faz o povo desacreditar mais ainda nos políticos. Não lhe pagou nem a promessa.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Não pagou nem a promessa.

Então, o que então eu estou fazendo aqui, Srs. Deputados e Sra. Deputada? Estou dizendo isto: se V.Exas. quiserem recuperar o desprestígio que esta Casa já produziu, ao longo de anos a fio, em que simulava a vontade de fazer uma reforma política... Aliás, não posso nem dizer que simulava, porque esta Casa votou a favor do financiamento privado para as eleições. Então, ficou muito claro: *“Nós queremos continuar como está; nós não queremos limpar a imagem do político; nós queremos continuar com essa imagem corrompida do político”*. A sociedade civil está preocupada com isso, porque, Deputada Erundina, comenta-se que esta Casa está apreciando uma medida que é para anistiar o crime do caixa dois — anistiar o crime do caixa dois!



A população brasileira fica estarelecida diante disso. Se chegarmos a uma feira, de qualquer lugar do Brasil, e perguntarmos: “*O que é o caixa dois?*” Vamos ouvir: “*Ah, caixa dois é uma coisa errada, caixa dois é uma coisa que estraga as eleições, caixa dois é uma manobra com a qual não se deve concordar.*” E se esta Casa aprovar? “*Tudo bem, caixa dois é muito bom, não tem nada de mais, não. Acabou daqui por diante*”. Daqui a mais 5 ou 6 anos, outros Deputados votarão a anistia ao caixa dois de novo, e assim sucessivamente. Quer dizer, essa atitude antirrepublicana, antidemocrática, antiética há de ser mudada. Essa cultura tem que ser mudada.

Eu entendo, Deputado Vicente Candido, que se esta Casa não fizer um esforço sério, sem açodamento, sem disputar com o Senado quem aprova primeiro a reforma política — os jornalistas estão dizendo que há uma disputa entre a Câmara e o Senado para ver quem aprova primeiro —, sem ouvir as contribuições que estão aí, como o projeto de lei com 50 artigos, que está engavetado e que acabei de mencionar, então a sociedade civil tem o direito de descrever da eficácia desta Comissão em que estou agora.

Nós estamos dispostos a ajudar, num esforço sério, num esforço competente para que se faça uma reforma política, mas temos que discutir a metodologia, temos que discutir a oportunidade.

Nós estamos no final do ano e fomos surpreendidos com esses trabalhos a toque de caixa, num período em que estamos vivendo uma dificuldade, uma turbulência política muito grande, com a PEC 241/16, com a PEC 55/16. Esta Casa foi invadida por grupos de fascistas de direita, que subiram na mesa da Presidência desta Casa, e ninguém me convence que não houve ajuda para isso. Eu mesmo para entrar aqui hoje, Deputado Vicente Candido... Eu não sei se aconteceu isso com o Cleber também, e o Cleber não está nem com gravata. Aí você logo é confundido com alguém. Mas os que conseguiram entrar aqui tiveram ajuda, certamente.

Desse modo, então, nós estamos dispostos, mais uma vez, pela enésima vez, a participar, a discutir os pontos, Deputado Vicente Candido, mas estamos reivindicando que esta Comissão adote uma atitude diferente das anteriores Comissões. Esperamos que a Comissão não dê um andamento incompatível com a



gravidade do tema, que não se afaste das colaborações e das contribuições da sociedade civil e, especialmente, que encontre um mecanismo para convencer os Srs. Deputados que mais do que outra coisa é a honra e a dignidade dos agentes políticos que uma reforma política séria vai resgatar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Já que o Ministro Gilmar Mendes foi citado, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para anunciar que no dia 29 agora próximo, terça-feira, às 14 horas, o Ministro Gilmar Mendes estará aqui também fazendo uma palestra.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, Deputado Lázaro, eu só queria fazer uma observação porque tenho que sair e não quero perder a oportunidade de contar com a aquiescência dos colegas.

Eu quero me dirigir ao Dr. Marcello, que aqui representa a CNBB. É válida a preocupação, a experiência, a manifestação da CNBB. Eu participei de reuniões que discutiam a ficha limpa lá na CNBB inúmeras vezes. Agora, quando o V.Sa. fala “esta Casa”, eu só gostaria que dissesse que é por maioria, porque aqui há muita gente comprometida, muita gente boa que quer realmente fazer com que as coisas aconteçam, e às vezes, por um voto, por dez ou por mais, acaba não acontecendo. Mas não quero aqui castrar a iniciativa de V.Sa. e espero que continue nos acompanhando, denunciando e informando, porque é isso que as pessoas de bem desta Casa querem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Sr. Cleber César Buzatto, que é graduado em Filosofia e atualmente Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO - Obrigado, Deputado. Agradeço o convite que nos chegou por intermédio da Deputada Luiza Erundina e a partir do requerimento do Deputado Chico Alencar. Cumprimento os Deputados Lázaro Botelho e Vicente Candido, o Dr. Marcello, o Dr. Antônio e também os demais Parlamentares da Casa e, em especial, os presentes nesta audiência pública. Cumprimento especialmente as lideranças indígenas aqui presentes também.

De forma muito objetiva, vou tentar destacar três ou quatro pontos que considero importante serem ressaltados nessa ocasião, começando pelo art. 231 da



Constituição brasileira, que trata do reconhecimento do Estado brasileiro em relação à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o direito originário às terras dos povos indígenas do nosso País.

A Constituição, nesse sentido, reconhece a pluralidade cultural, religiosa, os costumes, as crenças e as línguas de que é composto o nosso País. Nesse sentido, é importante esse reconhecimento e o conhecimento da sociedade e do Parlamento acerca dessa diversidade. De acordo com o último censo do IBGE, existem 305 povos diferentes, que falam cerca de 270 línguas diferentes.

Então, a Nação brasileira é diversa, e isso é uma riqueza, na nossa avaliação, para a sociedade e para o nosso País em geral.

No entanto, o Parlamento brasileiro não consegue representar essa diversidade. Prova disso é o fato de que apenas uma vez na história recente do nosso País houve representação de uma liderança indígena eleita como Deputado Federal e que atuou aqui na Câmara dos Deputados.

Existe um gargalo. Mas, falando em nome do CIMI — entidade ligada à CNBB que atua com os povos indígenas no Brasil desde 1972 e que preza exatamente pelo fortalecimento político dos povos indígenas no País —, penso, por ocasião da reforma política que aqui está sendo gestada, apesar de todas as dificuldades em torno dela já narradas pelo Dr. Marcello, ser possível o Parlamento brasileiro conseguir encontrar um mecanismo para ser mais próximo daquilo que é a diversidade do povo brasileiro.

Não é recomendável, pelo menos, que o Parlamento continue sem qualquer possibilidade — e é o que observamos no atual modelo político — de participação direta por meio de representação dos povos indígenas.

Pode haver mais de uma maneira para isso, mas tramita na Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 320, de 2013, do Deputado Nilmário Miranda, do PT de Minas Gerais, que pode ser uma possibilidade. Por isso, eu acho que também deve ser considerado nessa discussão aquilo que é proposto pela PEC, ou seja, a possibilidade de alguma participação direta dos povos aqui na Casa.

Nós sabemos que esta Casa é muito ativa, e assim tem sido na discussão de temas que dizem respeito diretamente à vida dos povos indígenas do Brasil. São centenas as proposições legislativas que dizem respeito a direitos dos povos



originários. Infelizmente a grande maioria dessas proposições legislativas tem uma perspectiva de retroagir, de recortar, de diminuir a importância política e os direitos políticos e territoriais dos povos originários.

Fui convidado para participara amanhã de um seminário promovido pela Comissão de Legislação Participativa, cujo tema será *A Ampliação da Democracia Participativa no Parlamento* e tratará das formas de aprimoramento das condições de acompanhamento e participação no processo legislativo da Câmara dos Deputados, uma iniciativa também importante. É evidente que precisamos ponderar a respeito da participação direta dos povos, mas não pela maneira da representação que já abordamos e que tem sido praticamente nula ao longo da história. A participação direta do povo por meio da sua presença física deveria ser encarada, tratada, considerada como um prestígio para o Parlamento brasileiro. É um povo interessado, cidadãos interessados na tramitação de matérias, naquilo que está acontecendo dentro da Casa Legislativa do País.

Infelizmente nós temos observado um bloqueio sistemático, mesmo em relação a essa participação direta. Felizmente hoje entraram aqui algumas lideranças que estão participando da reunião, mas, no geral, mesmo nos ambientes onde estão sendo discutidas matérias que dizem respeito às suas vidas, essa presença é impedida.

Na semana retrasada, nós acompanhamos uma comissão de mais de cem lideranças de várias regiões do País que foi barrada na entrada da Câmara, foi impedida de participar de uma sessão que era pública, com a presença de indígenas. Quando os índios chegaram à porta, o Deputado que presidia a reunião tornou aquela sessão privada, no sentido restrito, e com isso inviabilizou a participação dos indígenas, ou pelo menos a presença deles naquela ocasião.

Nesse sentido, aproveito para chamar atenção — imagino que também deva ser objeto de discussão, num ambiente de reforma política — para a ampliação das formas de participação seja dos povos originários — como já dissemos —, seja também dos cidadãos brasileiros nos processos de decisão no nosso País.

Nós falamos bastante da questão eleitoral, sobre os partidos políticos, do voto no processo, mas eu queria destacar dois outros aspectos que têm ficado, na nossa avaliação, extremamente relegados, mal aproveitados — poderíamos até dizer: a



forma de participação prevista na nossa Constituição, em seu do Capítulo IV, Dos Direitos Políticos, art. 14, incisos I e II, que dizem respeito ao plebiscito e ao referendo.

Há uma série de temas nos quais, na nossa avaliação, deveria haver uma participação mais direta da população brasileira no sentido de fortalecer o debate aprofundado e orgânico dos temas políticos que dizem respeito à vida das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.

A Constituição previu essas maneiras de participação que não têm sido usadas pelos Poderes do Estado brasileiro. Consideramos que, nesse ambiente de reforma política, também se debata essa perspectiva de ampliação dos mecanismos de participação dos cidadãos e evidentemente, o aprimoramento do sistema eleitoral é fundamental, mas, além disso, porque esse é um aspecto que já foi abordado pela Mesa, gostaria de chamar a atenção para a dimensão da ampliação das possibilidades de participação de maneira mais direta. É claro que isso não tem nenhuma perspectiva de substituir ou menosprezar a representatividade que esta Casa exerce, mas de ampliar, digamos assim, a participação orgânica da população.

O Dr. Antônio fez referência a uma questão que também considero de extrema importância, que é o investimento necessário, por parte dos Poderes do Estado brasileiro — nisso se inclui evidentemente o Poder Legislativo —, num processo de ampliação da formação política das cidadãs e cidadãos brasileiros. Os últimos anos, infelizmente, têm sido marcados pelo avanço de uma perspectiva apolítica, em alguns casos, até antipolítica. Isso não é bom, não favorece a maioria da população. Ao contrário, o sentimento de aversão à política tende a favorecer grupos extremamente minoritários. A aversão à política, muitas vezes, é alimentada também pela falta de formação política, pela falta de debate político sincero, franco, honesto e de forma aprofundada. Então, a formação política é de extrema importância. Nesse sentido, outras matérias que tramitam e que venham a tramitar na Casa também podem ter relação com a questão da reforma política.

Queremos aproveitar para manifestar uma posição de divergência em relação, por exemplo, ao projeto de lei que prevê qualquer possibilidade de discussão política no ambiente escolar, o que evidentemente é um erro extremamente grave.



Para finalizar, queremos reforçar a posição, já manifestada aqui na Mesa, sobre a perspectiva do financiamento empresarial de campanha, que deve continuar proibido. Acho que temos de afastar qualquer iniciativa que venha na direção de recolocar o financiamento empresarial como uma condição para os processos eleitorais. Nós sabemos de todo o imbróglio e de todas as perspectivas que, muitas vezes, estão por trás exatamente dessas questões de financiamentos empresariais que desequilibram os processos eleitorais em si e, ao mesmo tempo, criam brechas ou abrem portas para processos de corrupção durante as legislaturas ou gestões daqueles que são eleitos com esses financiamentos.

Nós entendemos que é importante reforçar a perspectiva político-ideológica programática dos partidos. Nós observamos uma pulverização muito grande de temas entre os partidos que têm representação na Casa e mesmo entre alguns que não têm. Por isso, nós temos bastante preocupação com algumas iniciativas que estão sendo debatidas, que podem, em vez de incentivar essa perspectiva de fortalecimento dos partidos como estrutura político-ideológica programática, inviabilizar partidos que têm esse perfil. Certas regras que estão em debate em alguns ambientes e que podem ser estabelecidas podem inviabilizar essa perspectiva, em vez de fortalecê-la. Na nossa avaliação, Deputado, devemos fortalecer essa perspectiva.

Mais uma vez agradecemos a oportunidade de colocar essas questões pertinentes para análise do Relator e desta Comissão. A PEC 320 prevê alguma possibilidade de representação dos povos aqui na Casa. Entendendo que isso também não é o ideal, mas abriria algumas portas. Concomitantemente, entendemos que é fundamental ampliar as formas de participação, inclusive favorecendo nesta Casa e no Senado uma forma melhor de tratar as populações, especialmente os povos indígenas, que têm sido recorrentemente barrados aqui na Casa.

Aproveito para deixar esse protesto. A minha presença felizmente foi possibilitada pela assessoria, mas já tínhamos sido barrados na entrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Agradecemos ao Sr. Cleber.



Tem a palavra a Sra. Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero agradecer a presença do Dr. Marcello Lavenère, representando aqui a CNBB, e do Sr. Antônio Queiroz, que, assim como o Marcello, é um eterno parceiro, companheiro de luta e de esperança, sobretudo quando se trata de reforma política, nesta Casa, e ao Cleber Buzatto, que representa os povos indígenas, o CIMI, aqui nesta Casa. Aproveito para saudar as lideranças indígenas que nos honram, nesta audiência pública, com suas presenças.

Peço desculpas, como um dos membros desta Casa, pelo desrespeito com que os povos indígenas, a população pobre e a sociedade civil têm sido tratadas — ou tratadas muito mal — no espaço que se pretende, que se diz, que se afirma ser o espaço do povo, a casa do povo. Quero pedir desculpas por isso.

Lamento a ausência de Parlamentares nesta Comissão. Eu sei que a dinâmica da Casa não ajuda muito, não contribui para dar conta das demandas nos poucos dias de trabalho nesta Casa, mas acho que poderia haver mais gente aqui ouvindo o que a sociedade tem a dizer, aprendendo com ela e fazendo sua autocrítica diante do que temos ouvido, não só aqui, mas em outras ocasiões.

Eu sou uma daquelas que tem uma fé muito forte, muito grande, Marcello, na força do povo, na capacidade de o povo mudar a realidade. Só ele é capaz de fazer isso, mas precisamos ajudá-lo a conseguir acumular forças para fazer isso.

Eu sou teimosa. Particpei de todas as Comissões Especiais, seja de grupos de trabalho, seja de Comissão oficial para gestar proposta de reforma política. Aliás, na última, da qual o ex-Ministro Marcelo Castro foi Relator, cheguei a afirmar para a imprensa, quando ela me abordou no final dos trabalhos, numa duas últimas sessões, que eu tinha consciência de que estava me enganando, de que estava traindo a mim mesma e traindo a sociedade, gerando uma falsa expectativa de que alguma coisa possa acontecer do ponto de vista do aperfeiçoamento do nosso sistema político ou pelo menos do enfrentamento das enormes distorções que comprometem o processo democrático e a democracia em nosso País.

Desta vez, eu vim com o mesmo sentimento de frustração e de descrédito, mas apresentei 13 requerimentos, que foram aprovados, convidando representantes da sociedade civil, porque é a presença da voz do povo aqui nesta Casa, os



testemunhos coerentes, consequentes, contundentes, necessários que vão nos acordar, vão nos ajudar e criar condições para que, um dia, as coisas mudem.

A história não se mede — Marcello, você sabe melhor do que eu — em anos de vida, mas em décadas, séculos, milênios. Quem sabe nesse tempo — que eu espero não seja tão longo — consiga-se fazer a tão prometida reforma política por governantes? Cada candidato a Presidente vem à Casa, logo após a posse, dizer que a reforma política é prioritária e que vai investir nela. O mesmo vale para os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Nem mesmo na metade do mandato dessas autoridades nada acontece. É uma frustração após a outra. Depois se queixam do Supremo por deliberar algumas questões por resolução. Evidentemente, por omissão do Congresso. É o caso da proibição do financiamento privado de campanha. Ainda bem que o Supremo, cedendo às pressões da sociedade e acolhendo a representação da CNBB e de outras instituições creditadas pela sociedade brasileira, tomou aquela resolução, que hoje se encontra ameaçada, porque esta Comissão inclui em sua pauta o financiamento de campanha, o que pode representar avanço ou retrocesso, mas consta da pauta desta Comissão uma questão que já estaria definitivamente resolvida no âmbito da Suprema Corte. Parece-me que, ao rediscutirmos o tema, corre-se o risco de haver retrocesso inclusive em relação a isso.

Eu tenho motivos para acreditar, para persistir, para teimar e para estar participando dessas Comissões que discutem a reforma política exatamente pela presença da sociedade civil organizada aqui. E mais: o pouco que se conquistou neste País foi fruto da luta do povo. O Ficha Limpa não teria saído desta Casa sem a pressão popular, sem a iniciativa popular, sem a ameaça que representou naquele ano eleitoral. Caso aquele projeto de lei não fosse aprovado, correr-se-ia o risco de grande parte daqueles que estavam pleiteando a reeleição não ter conseguido fazê-lo. Então, foi o povo que determinou o resultado favorável à iniciativa do Ficha Limpa. A lei contra a corrupção eleitoral também veio pelas mãos do povo. Então, há o que acreditar, como acreditar, pelo que acreditar. Quando o povo está presente, acorda e toma consciência da sua força e do seu papel nas mudanças da história, as coisas acontecem.



Por isso estamos aqui, Marcello. Agradeço enormemente a sua presença. Eu sei do teu sentimento de frustração, de descrédito. E tem razão para isso. Nós tentamos reativar a Frente Parlamentar pela Reforma Política com ação popular. Foi dela também que vocês participaram e produziram muitas ementas. Conquistamos, por exemplo, os 5% de recursos do fundo partidário para os organismos de mulheres nos partidos, conquistamos 10% do horário do programa partidário para a participação das mulheres, para reduzir o fosso enorme da sub-representação das mulheres nos espaços de poder.

Portanto, há alguns resultados que, apesar de muito limitados, servem para dizer que, quando o povo vem, as coisas mudam, por poucas que sejam. Então, ajudem-nos a empurrar esse carro velho, já meio enferrujado, para ver se o retomamos. Aqui temos um novo Relator, um novo Presidente, uma nova composição de Comissão. De novo, quero agradecer ao nosso Ministro aqui, que deu uma demonstração de sensibilidade, de abertura e de espírito democrático durante o seu trabalho como Relator naquela Comissão. Por isso ele foi destrutado, como o povo costuma ser destrutado, Ministro. Minha atitude aqui não é de questionamento.

Toninho, você tem toda razão. Se o povo não avançar no seu nível de consciência e de sua educação política, o tempo vai ser muito longo para conseguirmos esses resultados, em relação aos quais investimos nossa vida, nossa energia, nosso tempo, que vai se encurtando, pelo menos para pessoas da minha geração.

Veja que não há muito o que se esperar, quando se criou agora uma lei da escola sem partido, gente! Uma escola sem partido é uma escola sem pensamento, não é uma escola com partido; é uma escola sem política, é uma escola que censura, é uma escola que não dá livre pensamento, não dá criatividade, não dá autonomia ao cidadão, à cidadã. É disso que se trata. Estamos fazendo recusas enormes.

Estou preocupada também, Cleber, porque, nessa audiência pública de amanhã, há uma demanda legítima da sociedade civil, de 34 entidades da sociedade civil que oferecem ameaça à Comissão de Legislação Participativa, que foi uma conquista do povo. É uma das poucas janelas abertas nesta Casa para a



sociedade. Ela tem 15 anos e já produziu leis pelas mãos da população. Está-se querendo apresentar, criar... Está-se querendo não, já há um projeto de resolução da Mesa sem discutir com a Mesa. Eu sou da Mesa e não fui chamada a discutir essa proposta. Essa proposta esvazia a Comissão de Legislação Participativa, esvazia a única conquista popular de participação real da sociedade civil organizada numa Comissão da Casa, que é a Comissão Permanente de Legislação Participativa. Criam uma Secretaria para pôr na mão, como Secretário, de um Deputado, de um dos partidos que disputam o poder dentro da Casa. Criam-se aparelhos para premiar, no jogo político, estreito, reduzido desta Casa, cargos desnecessários. O povo não precisa de secretarias para ampliar a sua participação no Legislativo. Fortaleçamos, aperfeiçoemos, alarguemos as portas, as janelas da Comissão de Legislação Participativa. Não a comprometamos com mais um aparelho burocrático de uma Secretaria nas mãos de Deputados. Por favor! Ajudem-nos a salvar o pouco que se conquistou nesta Casa, que é a Comissão de Legislação Participativa.

Você, Cleber, vai estar na audiência da Comissão de Legislação Participativa amanhã. Não estou dizendo que a demanda da sociedade não é absolutamente necessária e legítima, mas alarguemos aquilo que já existe e não criemos mais uma Secretaria para pôr na mão de um Deputado que não tem compromisso com a participação popular. Essa é a verdade. Faz-se isso sem nenhuma consulta. Não é verdade que tenha sido discutido com a Mesa Diretora da Casa. Eu sou membro da Mesa Diretora da Casa e não fui consultada sobre essa proposta de criar um Conselho de Participação da Sociedade Civil. É necessário? Pode ser, inclusive criado de outra forma, mas sem comprometer uma única conquista que existe na Casa. Inclusive, há leis vigendo no País que passou por sugestões da Comissão de Legislação Participativa. A Comissão tem 15 anos. Exatamente quando ela faz 15 anos, está ameaçada a desaparecer, por ser um dos poucos espaços de democracia direta na Casa, em que o povo tem voz e vez, apresentando sugestões e viabilizando iniciativas de lei, que de fato são do interesse do povo.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe a minha contundência, mas é que o tempo de vida, por si só, já nos coloca uma paciência menor. Eu não quero perder a paciência nem a esperança, porque a perda de esperança, o desânimo, o desalento,



a desesperança são conservadores, coloca-nos no individual, isola-nos e nos imobiliza. Ao nos imobilizarmos, ao não atuarmos coletivamente, desistimos da luta. Aí perdemos a luta ao desistir dela.

Então, eu agradeço enormemente ao Marcello. Eu sei do seu sentimento. Tenho ouvido você nesses últimos dias. No entanto, você está aqui colaborando, contribuindo, ainda sinalizando que é possível, quem sabe, um dia aconteça alguma coisa.

Você, Toninho, com a excelência de trabalho da sua equipe, tanto de produção, de análise, de reflexão, nos ajuda a entender melhor a realidade e, quem sabe, afinar melhor os nossos instrumentos de intervenção nessa realidade.

Cleber, você e o teu povo, as nações indígenas, são os excluídos dos excluídos deste País.

Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros, ajudem-nos a avançar na luta desse povo para, no fundo, fortalecer a democracia, a soberania e os direitos humanos em nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido, nosso Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Quero reiterar aqui os meus agradecimentos aos nossos palestrantes desta tarde, ao Toninho, ao Marcello Lavenère e ao Cleber. Sempre que os ouvimos aqui vocês para nós acabam sendo um alento de que sempre há uma luz no fim do túnel.

Pretendemos, Marcello, até o final da tarde, ao final desta sessão, mudar o teu pensamento negativo. Entendemos, compreendemos o seu abatimento. Isso acontece com todos nós. Deixar se abater é o caminho da desesperança, mas muitas vezes acordamos de manhã e dizemos: *“Não, deixa eu cumprir o meu papel de cidadão, de setor público. Posso até não conseguir, mas eu vou lutar”*. Acho que essa é a nossa obrigação primeira.

Ao fazer a leitura do quadro, da legislatura, lembrando Ulysses Guimarães, quando reclamaram para ele da legislatura, ele falou assim: *“Você não sabe a próxima”*. É isso. Mas tem que haver aqui a resistência, a perseverança, para que



um dia possamos conseguir mudar essa situação. Acho que, diferente dos outros momentos, das outras Comissões mais recentes, às quais vocês estiveram muito presentes aqui, eu não imagino uma mesa aqui de debate da reforma política sem a presença do Marcello. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, DIAP, esteve presente, porque acaba tendo outras atribuições aqui, mas sempre o Marcello é o rosto mais conhecido de proposta, de debate, de presença, de estar fustigando aqui toda a sociedade através de todos os representantes.

O que joga a nosso favor neste momento é a situação que chegou ao esgarçamento, diferente dos outros momentos. A necessidade da montagem da Comissão — a Deputada Luiza Erundina até questionou isso aqui numa das reuniões passadas, e com razão —, como se montou, não foi conversado. Acho que o Líder da bancada do PSOL, Deputado Ivan Valente, reclamou disso, e com razão, porque no mandato tampão, de 6 meses, do Deputado Rodrigo Maia, houve Lideranças que sugeriram para ele montar a Comissão. Na minha leitura, será uma irresponsabilidade muito grande nossa deixar as eleições de 2018 ocorrerem novamente como ocorreu essa de 2016. Algo vai ter que ser feito. Eu espero que seja para melhor.

Acho que há uma tomada de consciência de uma parte daqueles que não entenderam o relatório do Deputado Marcelo Castro no ano passado. Talvez numa nova reposição agora de debate, pode-se votar diferente, pode-se ter um outro comportamento, dada à conjuntura colocada. Acho que vamos aproveitar este momento e enfiar o pé no acelerador para ver o que a gente consegue mudar.

Diferente dos outros momentos, a questão central é o financiamento público, o misto, privado, com pessoas físicas, com limite bastante regrado. Eu acho que também deve ter aqui acordo de maioria, cortando essa liberdade de os candidatos autofinanciarem a campanha. E mais: a forma de votação, que pode ser por lista fechada, mista, ou Plano B, ou Plano C. Se conseguirmos avançar nessas questões, eu acho que conseguiremos avançar muito na mudança da cultura política brasileira. Em volta disso, nós vamos trabalhar os outros temas.

A Deputada Luiza Erundina discordou do chamado fatiamento, mas eu queria aproveitar e até ouvir aqui o Marcello, o Cleber e o Toninho. Eu queria ouvir aqui os senhores. O Toninho chegou a tocar no ponto. Eu queria dialogar mais com a



Comissão e estou propondo que apresentemos um plano de reforma política para 6, 8, 10 anos. Dependendo da medida que aprovarmos aqui, talvez ela não tenha ainda habilidade técnica para entrar em vigor em 2018, ou 2020, ou 2022, mas já deixa consolidado, já deixa aprovado. Vamos trabalhando inclusive a implementação, a formação política sobre isso.

Por exemplo, não é a minha proposta,. Eu estou apenas ainda aferindo, ouvindo, conversando, se aprovarmos o distrital misto, que é o modelo alemão. Há Deputados que o defendem na Casa, mas não há condição nenhuma de implementá-lo em 2 ou 4 anos. Mas, numa regra de transição, Deputado Marcelo Castro, poderíamos talvez trabalhar a lista fechada de imediato. Por quê? Porque ela baixa o custo de campanha, ela muda a cultura partidária e pode-se depois migrar para um distrital misto, porque à lista fechada também há críticas e ponderações. O Brasil pode até aperfeiçoar nisso, Cleber. Eu quero trabalhar muito e tentar convencer aqui os meus pares em relação ao art. 14 da Constituição Federal. Eu acho muito bonito fazermos as eleições acompanhadas de plebiscito, de referendo, mobilizarmos a sociedade em torno de temas da tua cidade, do teu Estado ou até do País, porque eu acho que vai na linha aqui de valorizar o Parlamento, os partidos políticos, a política.

Eu queria ouvir aqui dos senhores como fazer isso. Eu já ouvi isto, inclusive aqui na bancada do PMDB. O Marcelo estava presente. Há um jovem Deputado da Paraíba, André, que está levantando a preocupação acerca do afastamento da juventude na política. Eu acho que isso permeia todos os partidos, hoje, que são sérios, que queiram trabalhar a participação da sociedade, porque há toda uma geração querendo participar, mas não vê nos partidos políticos um canal real, legal, motivador da participação. Podemos ver como ter mecanismos na lei que ajudam, que incentivam isso. Talvez rever inclusive o papel das fundações. As fundações levam 20% do Fundo Partidário. No ano passado, foram oitocentos e poucos milhões. Não é qualquer coisa. Elas podem ter um papel mais formador. Temos que exigir um pouco mais do que o interior dos partidos.

Queria ouvir do Toninho a questão do fim de coligação *versus* federação partidária, se resolve o problema, o impacto disso na cláusula de barreira, sabendo que no Brasil nós temos cláusulas de barreiras diferentes nos Estados. Aqui em



Brasília é 12%. Já é natural 12,5%. Em São Paulo é 1,4%. Como trabalhamos isso, para obter um pouco de isonomia. Em todos os Estados há bancadas de oito Deputados, oito cadeiras. Brasília e Espírito Santo se diferenciam porque são Estados com mais de 3 milhões de habitantes.

Então, nós já enfrentamos isso, mas vamos ver como se melhora isso. Eu não acho que o problema são os pequenos partidos; o problema é a cultura política. Acho que nós não podemos cercear, em nenhum momento, a liberdade de organização. Agora, também não pode haver privilégio e prerrogativa de quem representa de fato a sociedade. Eu acho que, se entrou aqui e teve voto, tem que ter a estrutura à disposição.

Eu acho que a primeira triagem tem que ser na sociedade, na representação, na história, no comportamento, na postura, no conteúdo partidário.

Eu queria explorar mais a presença dos senhores aqui para nos ajudar nesse sentido e para afinar. Para 2018, o que temos que fazer? Pegar uma, duas, três medidas para 2018, para que tenhamos uma eleição mais tranquila, mais organizada, mais lógica. Se for essa loucura de 2016, eu acho que nós estaremos levando a irresponsabilidade ao limite, mas, para 2022 e 2026, quais são as medidas a longo prazo que já poderíamos deixar aqui aprovadas?

O Toninho levantou uma questão aqui que para mim é crucial, que é a educação, que é o choque cultural, uma revolução cultural através do processo educacional. Não é competência desta Comissão nem tampouco da Casa, porque nós não podemos legislar sobre o serviço público. Nós não podemos mexer no currículo escolar, mas nós podemos fazer aqui uma proposta. Podemos trazer aqui o Ministro da Educação e Cultura e perguntar: *“Olha, dá para implementar essa medida aqui? Isso ajuda? Essa é a questão de fundo para a questão política?”* Se não mudarmos o comportamento, o pensamento, a impressão, a leitura da juventude que está na sala de aula sobre a questão política, não adianta o remédio, porque não vai fazer efeito, vai ser sempre muito paliativo.

Então, já que é para trabalhar a questão a longo prazo e de forma completa, vamos também entrar nessa matéria, vamos envolver os agentes todos que têm responsabilidade para com esse processo. Perdemos a oportunidade ímpar nesse processo, à época de Lula e Dilma, de ter mudado radicalmente o currículo escolar.



Infelizmente, não fizemos essa mudança, mas vamos ter que encará-la, porque senão vai ser sempre incompleta. Enquanto houver a negação da política, enquanto deixarmos a mídia predominar na cabeça das pessoas, ajudando a negar a política, só apresentando fatos negativos, eu acho que estaremos trabalhando superficialmente a mudança da cultura política.

Cleber, eu tenho muita simpatia pela PEC do Deputado Nilmário Miranda, que reserva quatro vagas de Deputado Federal para indígenas, mas, se avançarmos na lista partidária, ela pode resolver a questão de representação na chapa, inclusive de gênero. Um partido que apresentar uma chapa nos Estados com comunidade indígena forte, onde também há a questão de gênero, vai ter que ter juízo e colocar dentro da chapa a cara da sociedade: o negro, o jovem, a mulher, o índio, o empresário. Eu acho que isso vai ter de estar figurado. Então, nós poderíamos avançar um pouco mais no modelo de votação, do sistema eleitoral de votação e ver como trabalhamos a questão de gênero e dessas representações, mas eu não queria que deixássemos de levar em consideração essa questão.

Temos quantos milhões de índios no Brasil?

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO - Um milhão de índios.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Hoje contamos ao mundo que temos 1 milhão de índios no Brasil, mas não temos nenhuma representação na Câmara Federal. E não é só aqui. Na Assembleia do Acre, que tem uma comunidade indígena forte, não há nenhum Deputado Estadual indígena.

A representação que está aqui é de que Estado? *(Pausa.)* Bahia. Há algum Deputado Estadual indígena eleito na Bahia? Vocês conhecem? *(Pausa.)* Não. Algum Vereador? *(Pausa.)* Vereador há, porque está mais próximo, mas, quando começa a subir o patamar, começa a exclusão. Então, acho que o voto em lista já deve ser um avanço e pode resolver essas questões. Eu acho que esta é uma discussão importante se queremos realmente um Parlamento com a cara do Brasil e não com a cara que o Marcelo trouxe.

Segundo os dados da Legislatura de 2010, havia 270 Deputados empresários. Deve haver 15 milhões de empresários no Brasil, Marcelo, e 150 milhões de trabalhadores. Então, vê-se a distorção do que acontece no Parlamento.



Aí, quando se vai votar reforma tributária, reforma política, depara-se com a situação desse jeito.

Eu quero ouvir os demais Deputados e depois os demais palestrantes para o fechamento da nossa rodada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu quero cumprimentar o Presidente, o Relator, os palestrantes, os colegas. Gostei muito da fala do nosso Relator, Deputado Vicente Candido. Percebemos que ele está senhor da situação, com boas ideias, com equilíbrio, que é o que precisamos.

Nós não podemos, Sr. Relator, em hipótese nenhuma, desistir. Eu já estou caduco de participar de Comissão sobre reforma política. Aliás, gosto de citar nos meus pronunciamentos que, quando era Deputado Estadual ainda, havia um Deputado Federal chamado Marco Maciel, que depois veio a ser Presidente da Câmara, Vice-Presidente da República, Senador, Presidente Nacional do PFL. Eu era Deputado Estadual e acompanhava a situação política do País. Naquela época, ele já dizia da necessidade, da premência de uma reforma política: *“É a mãe de todas as reformas.”*

Hoje nós estamos beirando os 40 anos seguintes (*risos*), ainda pregando a necessidade de uma reforma política — e temos andado muito pouco. Temos aprovado algumas coisas, mas, no essencial, nós não avançamos.

Sr. Relator, Sr. Presidente, esta Comissão está tendo uma característica um pouco diferente das outras, não para nos animar, mas para nos desanimar. Por quê? Nas outras Comissões de que participei, no início, havia uma euforia muito grande. As Comissões ficavam lotadas, com uma plateia muito forte, com a presença unânime dos Deputados, dos titulares, dos suplentes, brigando para participar.

Esta Comissão mal começou, estamos nesta sessão de audiência pública, mas não há ninguém. Quer dizer, parece que já está todo mundo se desanimando antes da hora. Nós não podemos nos desanimar, porque a nossa responsabilidade com o País é muito grande. Temos que manter o ânimo e a determinação, como V.Exa. disse muito bem, de fazer a nossa parte. E vamos esperar para ver no que vai dar.



Gostei muito, Antônio, da sua palestra, da sua visão da geral política. Peço licença apenas para discordar de um ponto.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - A aniversariante tem direito de interrupção, viu, Deputado Marcelo? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Parabéns, vida longa! (*Palmas.*)

Antônio, V.Sa. frisou muito um aspecto fundamental na vida política, que é essa identidade, essa proximidade e, mais do que isso, o acompanhamento da atividade do Parlamentar pelo representado. Isso é essencial à vida pública, porque é exatamente o contrário do que ocorre no Brasil, já que, 2 anos depois de feitas as eleições — as pesquisas dizem isso —, 70% dos eleitores não sabem em quem votaram para a Câmara dos Deputados.

Se eu não sei em quem eu votei, vou acompanhar a atividade de quem? Como vou saber se o representante em quem votei está agindo bem, está de acordo com aquilo que prometeu, se eu não sei em quem votei? E 70% não sabem. Aí entra a minha divergência superficial de V.Sa., que defende a lista fechada. Eu não sou contra a lista fechada, mas ela distancia o representante do representado, porque não se vota no candidato, vota-se no partido. Por exemplo: de uma lista com dez nomes foram eleitos dois candidatos. Os dois podem ser do Norte e o eleitor pode ser um morador do extremo sul do seu Estado. Eleitor e eleito nunca vão se encontrar. Eleitor nunca vai procurar esse Parlamentar para cobrar dele um posicionamento, mas vai poder fazer isso com o partido. Essa é uma deficiência do sistema proporcional de lista, apontada por todos os autores.

Gostei muito, como sempre, das considerações do Marcelo Lavenère, nosso grande professor. E gostaria de fazer umas observações. Quando V.Sa. diz, Dr. Marcelo, que o nosso sistema é prejudicial à imagem dos políticos, eu assino embaixo e avançaria em mais um ponto: o nosso sistema é indutor das más práticas políticas, é um sistema perverso. Eu não tenho o menor receio de afirmar que, se houver dois candidatos, um com meios normais e outro financiado com dinheiro do tráfico, dinheiro ilícito, com certeza, este vai levar vantagem sobre o primeiro. Esse é o sistema atual do Brasil. É preciso ter essa compreensão para pôr fim a isso.

Daí a frase célebre de Ulysses Guimarães, repetida aqui pelo Relator Vicente Candido, quando falavam para ele sobre o nível dos políticos da Câmara dos



Deputados: *“É porque você não viu ainda a próxima.”* No sistema existente, a tendência é esta: selecionar as pessoas não por suas virtudes, mas por aspectos que trazem pontos negativos para a política.

Aliás, quando faço palestras sobre o sistema político, eu gosto de dizer que o nosso sistema exclui do processo as pessoas, entre aspas, “normais”. É um sistema que privilegia as celebridades, artistas de televisão, apresentadores de programa de rádio, jogadores de futebol, comediantes. Não estou criticando, pois essas pessoas fazem parte da sociedade. Mas se privilegia esse tipo de gente, pastor evangélico e principalmente aqueles que têm programa sobre violência em rádio, em televisão. Esses são os grandes privilegiados. E aqui há a bancada da bala. Não estou criticando, estou fazendo constatações. Enfim, privilegia-se principalmente — principalmente — quem tem dinheiro.

Ora, acabei de dizer aqui que o nosso sistema privilegia algumas categorias, mas 90% da população estão fora do processo: 90% não têm dinheiro; 90% não são pastores evangélicos; 90% não são jogadores de futebol; 90% não são celebridades, não são artistas de televisão, não são comediantes — estão fora do processo. Então, temos que ter essa compreensão para elaborar um sistema eleitoral que seja mais incluyente, em que a sociedade participe mais.

O pior, Dr. Lavenère, é que as pessoas estão sentindo vergonha de ser político. Se elas acham que a política é uma atividade de segunda categoria, de pessoas não dignas da sociedade, qual é a tendência? É a pessoa se excluir. Quando a pessoa se exclui, pois tem seus dotes e talentos, quem vem para seu lugar? Daí a grande frase de Ulysses Guimarães, que a coisa está piorando e vai piorar cada vez mais se nós não tomarmos providências.

Embora tenha concordado com muita coisa que V.Sa. disse, quero me permitir discordar de alguma coisa. Quando V.Sa. diz que o sistema distrital e o sistema distrital misto são nefastos, eu acho que não, são visões de política, mas não podemos dizer aqui com propriedade que as democracias mais antigas do mundo, como a dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e de suas ex-colônias, como Canadá, Austrália e Índia, que praticam o sistema distrital puro, tenham um sistema pior do que o nosso. Eu acho que pior do que o nosso não existe. Pelo



menos, dos que eu estudei até agora, não há um que tire fino do sistema existente no Brasil.

O sistema distrital misto, que eu prego, é quase uma unanimidade entre os estudiosos dos sistemas eleitorais. Então, cientistas políticos, de maneira geral, acham que o sistema que funciona melhor, que é mais adequado, é o distrital misto, porque conjuga os aspectos de um sistema majoritário distrital com o proporcional de lista. Isso permite que temas nacionais, que a sociedade se organize em torno de correntes de pensamento na lista e também essa proximidade, essa identidade, esse acompanhamento a que os ingleses dão tanto valor e que é tão importante, o *accountability*, que é o acompanhamento da atividade parlamentar.

Ora, se é um distrito com 69 mil eleitores, como na Inglaterra, todo final de semana o eleitor está em contato com o eleito. Ele vai assistir à missa onde? Na igreja que o outro vai também. Ele vai ao casamento onde? Ele vai assistir ao jogo de futebol, de beisebol, etc. onde? No distrito dele. Essa proximidade é fundamental para quando a pessoa for escolher o seu candidato. Por quê? Porque ele conviveu com a pessoa a vida inteira. Portanto, ele sabe escolher bem, e também acompanhar, e cobrar a postura daquele Parlamentar. Se o Parlamentar está próximo dele, ele vai perguntar: *“Rapaz, você vai votar a favor disso? Eu não acredito que você vote nisso! Você votou a favor disso? Você está nos envergonhando! Como você faz uma coisa dessas?”* Essa troca de informação só acontece no sistema majoritário distrital, quando a pessoa vota num lugar restrito.

Não estou fazendo apologia ao distrital puro, sou contra esse. Eu sou a favor do misto. Não podendo ser o misto, eu me conformaria com a lista fechada. O fim do mundo é o nosso sistema, de lista aberta. Por quê? Porque as campanhas são individualizadas. Eu já citei aqui vários exemplos dessa anomalia. Por exemplo: na eleição passada, de 2016, em São Paulo, nós tivemos mil quatrocentos e tantos candidatos a Deputado Federal e mil seiscentos e tantos candidatos a Deputado Estadual. Gente, isso é uma insensatez! Isso é de uma falta de lógica, de uma falta bom senso e de racionalidade a toda prova. Isso é uma maluquice! Isso é uma estultice! Estou com vontade de dizer que isso é uma idiotice. Como é que se coloca uma pessoa, um eleitor, para escolher entre três mil candidaturas? Isso não existe. Isso não acontece em canto nenhum do mundo.



Se o eleitor americano vota no distrito, ele vai escolher entre quantos candidatos? Entre dois, três, quatro, estourando cinco. Então, ele conhece a vida de cada um, a proposta de cada um. Um diz uma coisa, o outro diz outra, um rebate o outro. Ele acompanha a campanha eleitoral e vota com segurança.

Vamos supor que o eleitor não seja dos Estados Unidos, seja um de país que pratica a lista fechada, como, por exemplo, a Espanha. Quais são os partidos que existem lá? O Partido Socialista Operário Espanhol, o Podemos, o Ciudadanos — são poucos os partidos. Cada um defende uma linha de pensamento. O eleitor vota com segurança. Agora, escolher entre três mil candidatos, isso não existe. Isso é uma coisa que denigre a nossa inteligência. É um atestado de maluquice deixar um sistema desses vigorando no Brasil.

Qual é o país do mundo que tem 28 partidos representados no Congresso Nacional? Isso não existe em canto nenhum do mundo. Qual é o país do mundo em que o partido que dá sustentação ao presidente da república, ao primeiro-ministro, ao chefe de governo só tem 13% dos votos no Parlamento? Isso não existe em canto nenhum do mundo. Desafio alguém a me mostrar que o partido do presidente da república ou do primeiro-ministro só tem 13% dos votos no Parlamento. Isso não existe.

A pesquisa que eu fiz revelou que em quase todos os países do mundo dois ou três partidos têm de 80% a 90% dos votos no Parlamento. A França, por exemplo, tem 12 partidos representados no Parlamento, mas só três partidos têm 90% dos votos no parlamento — o resto é periferia insignificante. Então, eles ditam o rumo da política do país.

Se o partido da Dilma e de seus aliados tivessem, como ocorre em todos os Parlamentos do mundo, mais de um terço dos votos, ela não teria sido cassada, não teria sido “impichada”. E o foi por quê? Porque o seu partido só tinha 13% dos votos. O partido de Michel só tem 13% dos votos no Parlamento. Isso é nada. Isso não representa nada. Isso não tem sustentação nenhuma. Isso dá instabilidade política. Isso dá falta de baixa governabilidade. E é contra isso que nós temos que nos insurgir.

Então, eu espero não me cansar, na minha pregação, de mostrar que a primeira coisa que temos de entender é: acabar com as campanhas individualizadas



que existem no Brasil e que não existem no mundo. Aliás, nesse caso aqui há exceções raríssimas. Em todo o planeta, em todos os países democráticos do mundo, as campanhas são partidárias, quem faz a campanha é o partido. Na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, cada partido lança no distrito um candidato. É a campanha do partido, é apenas um só candidato representando o partido.

Na Espanha, em Portugal, na Argentina, na Suécia, na Suíça, no Uruguai, a eleição é na lista, é no partido — eleição partidária. No Brasil, não; a campanha é individual. É isto que o Antônio acentuou aqui: na campanha eleitoral, o maior inimigo, o maior rival que o candidato tem é o seu companheiro de partido. Gente, isso é de uma falta de noção e de lógica! Isso não tem sentido.

Como é que eu e a Deputada Luiza Erundina, que pertencemos ao mesmo partido, temos as mesmas ideias, lutamos pelo mesmo ideal de governo, podemos nos tornar os maiores adversários em época de eleição, um procurando destruir o outro? Ora, isso é a negação da ideia de partido.

E eu gosto de citar como exemplo o que ele falou aqui. Nós éramos quatro candidatos em uma eleição no Piauí. Foram eleitos dois do PMDB — já nem falo em coligação, falo do próprio partido — e os outros dois perderam. Mas os votos desses que perderam foram fundamentais para atingir o quociente e eleger nós dois: eu e o outro. Só que um desses que perdeu a eleição, que teve 30 mil votos, era pastor evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus.

Ora, quem vota num pastor da Igreja Universal do Reino de Deus vota com que motivação? Motivação religiosa. E eu e meu colega poderíamos ser ateus, não poderíamos? Como é que dois ateus vão representar aqui no Parlamento o voto do religioso? Eu quero chamar atenção para o seguinte: só o sistema político do Brasil permite isso. Isso não existe em canto nenhum do mundo.

Imaginemos que o eleitor pertença a um país que adote o sistema majoritário distrital: ele vota em um candidato, que pode ganhar ou perder, caso tenha ou não maioria. Se o eleitor estiver num país em que o sistema seja proporcional ou de lista, ele tem conhecimento da lista, sabe a ordem da lista, em quem está votando. Só existem esses dois sistemas no mundo e a mistura dos dois, que foi feito pela Alemanha, em 1948, a primeira vez que esse sistema ocorreu no mundo. Na



redemocratização da Alemanha, depois da guerra, a democracia cristã queria a volta do sistema majoritário distrital, o partido socialista queria a volta do sistema de lista, e terminaram chegando a um acordo, como os políticos fazem, metade de um jeito, metade de outro.

Depois, o México teve essa experiência. E na década de 90 houve uma explosão muito grande do sistema misto. As várias democracias que se constituíram no mundo adotaram o sistema misto, e alguns países mudaram seu sistema para o misto. E hoje, digamos assim, ele é o queridinho dos analistas políticos, dos cientistas políticos, porque é um sistema que compensa.

Então, o sistema majoritário distrital tem a grande vantagem de proporcionar a proximidade do acompanhamento da atividade parlamentar — isso é importante para a democracia —, mas tem a desvantagem de não permitir uma certa ideologização dos partidos, de não permitir a representação das minorias. Quando se adota o sistema de lista proporcional, as minorias são representadas, a sociedade se organiza em correntes de pensamento.

Na Europa, há o partido comunista, o partido socialista, o partido liberal, o partido conservador, o partido cristão, o partido verde. Cada partido já está dizendo o que ele é e a que se propõe. Se o eleitor é um liberal, jamais vai votar no partido socialista, no partido comunista. Se o eleitor é um socialista, jamais vai votar num partido liberal, ele já está sabendo em que está votando.

E como é aqui no Brasil? É exatamente o contrário. E o pior: os nossos dirigentes de partido estão fazendo todo o esforço para os nossos partidos serem anti-partidos, ou seja, não defenderem nada, não assumirem nenhuma posição, não defenderem nenhuma bandeira, exatamente para não ter ninguém contra.

Nós vimos o grande Ministro Gilberto Kassab, do PSD, dizer solenemente que o seu partido não é de centro, nem de direita, nem de esquerda. (*Riso.*) Ou seja, é um anti-partido. Partido, o nome está dizendo, é uma parte, é uma associação de pessoas que acha que toda a sociedade deve se organizar naquela orientação. Isso é o significado de partido.

Há outro partido, e já me pediram para eu não citá-lo, mas eu não aguento, que é o PROS. Eu acho muito bonito o nome dele: Partido Republicano da Ordem Social — PROS. O que quer dizer mesmo Partido Republicano da Ordem Social?



Quer dizer absolutamente nada. Todos os partidos do Brasil são republicanos e nenhum prega a desordem social.

Então, hoje a tendência dos nossos partidos é ser anti-partido, é não se posicionar a favor de nada, é não se posicionar contra nada, para não ter adversário e poder se amoldar a toda e qualquer circunstância, a todo e qualquer Governo, e tirar suas vantagens pessoais e partidárias. Infelizmente, esse é o quadro que nós temos no Brasil. E nós, como agentes públicos, temos a responsabilidade de fazer um esforço, mais uma vez — e eu espero que essa seja a última —, para ver se conseguimos mudá-lo. Se não conseguirmos, temos que partir para uma constituinte exclusiva, porque não há outra saída.

Obrigado, Presidente, pela tolerância. Acho que me excedi muito no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Deputado Marcelo Castro.

Agora vamos passar a palavra ao Deputado Padre João e, depois, à Deputada Renata.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - A Deputada solicita uma inversão, Presidente, porque tem uma audiência fora da Casa, e eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Muito bem.

Então, passo a palavra à Deputada Renata Abreu.

A SRA. DEPUTADA RENATA ABREU - Obrigada. Eu tenho uma audiência marcada e queria muito me manifestar aqui.

Antes de mais nada, eu quero parabenizar o Presidente, o Relator, meu grande amigo Vicente Candido, que me deu grandes aulas, e de quem gosto muito. Agradeço aos oradores aqui presentes. Infelizmente, não pude chegar a tempo para a fala do Marcello e do Dr. Antônio, mas já tive um *briefing* muito bom do que foi dito. E agradeço também ao Cleber, eu o ouvi com muita atenção.

Eu queria fazer uma ponderação muito importante aqui: qual é o nosso objetivo de fazer uma reforma política? Eu acho que essa é a primeira reflexão que temos a fazer. Em tudo que foi dito aqui, ouvimos muito a questão da participação popular, de a população participar mais. Nós queremos dar uma resposta a uma sociedade que vê uma política surda, que vê uma política que não ouve os seus anseios. Essa é a nossa grande missão.



E aí eu me pergunto: se ela quer participar, será que não pode partir desta Comissão a primeira iniciativa, de fato, de participação popular? Hoje as novas tecnologias permitem isso. E nós não podemos afastar isso. A sociedade pode, sim, se fazer presente nas discussões políticas deste País.

Tudo na nossa vida mudou. A forma de nos comunicar mudou. Falamos com a nossa família pelo WhatsApp, pelo Facebook. E na política nós nos restringimos a votar de 2 em 2 anos. O que essas pessoas estão indo para a rua dizer é que elas querem ser ouvidas.

Vamos fazer uma reflexão sobre o que é a democracia do século XXI. Nós estamos com cidadãos do século XXI, que lidam com instituições políticas do século XIX, com tecnologia de informação do século XV. É óbvio que isso dá conflito. E a mudança, para mim, tem que começar nesta Comissão. Poderíamos abrir um portal de discussão virtual, sim, onde os Deputados desta Comissão, junto com a sociedade, poderão debater os seus pontos. Assim poderíamos decidir juntos este relatório, com a população não só participando, mas também votando ponto a ponto. Nós podemos ser o exemplo para o Brasil. E, se tudo der errado, pelo menos as pessoas sentirão que participaram desse processo. Eu acho que essa é uma grande oportunidade que temos na mão para mostrar que esta Casa quer, sim, ouvir o povo, e as novas tecnologias permitem isso.

O nosso grande desafio numa reforma política é cultural. Eu acho que não é enfiando goela abaixo algumas regras que se vai mudar essa percepção do cidadão e essa insatisfação política que vemos hoje. Quando meu amigo Deputado Marcelo Castro fala, por exemplo, da lista fechada, eu entendo que seria muito bom se as pessoas entendessem o que cada partido defende e votassem no partido.

No entanto, a grande verdade é que o problema não está na reforma política, mas nos partidos, nas instituições. E ele falou muito bem: 79% dos brasileiros não se sentem representados por partido nenhum, e não vai ser colocando uma lista fechada que isso vai mudar. É preciso que as instituições políticas mudem, que elas deixem muito claras as suas bandeiras, não é só colocar cláusula de desempenho. A grande verdade é que os partidos continuam uma mistura de siglas. Para mim, se amanhã houver três partidos dos que existem hoje, nenhum vai me representar. Não muda nada, não vamos resolver o problema.



Eu acho que o debate vai muito além disso. E aí eu discordo do Deputado Marcelo Castro, porque há algumas questões polêmicas até. Estamos falando de direita e de esquerda, da Revolução Francesa dos idos de 1700. Estamos em 2016. Esse debate está superado. Eu não acredito que uma ideologia construída na Revolução Francesa vá resolver de fato os problemas do mundo atual, do século XXI, de pessoas que se mobilizam em torno de causas dinâmicas, num mundo globalizado. Desculpe-me, mas temos que superar, sim, esse debate.

As causas são pontuais, as pessoas querem participar o tempo todo, e nós não estamos vendo isso. A classe política está presa à terminologia e às instituições do século XXI. E nós precisamos fazer um debate muito além disso.

Eu acho que nós temos uma grande missão, sim. E não acho que mudar o sistema de A para B, mudar cláusula para cá, vai resolver o problema da crise da representatividade que há hoje em nosso País. Nós precisamos, pela primeira vez, envolver a população no debate, para discutir de que forma podemos aprimorar o sistema político, criar mecanismos de democracia direta, para ela tenha voz neste Parlamento.

Esse é o nosso grande desafio e o nosso grande objetivo. Para o eleitor não vai fazer diferença mudar do sistema A para o sistema B e ele continuar sendo um mero expectador da política brasileira, que ele não aceita mais.

Então, eu percebo que muitos debates aqui são supérfluos e não vão resolver o grande problema do nosso Brasil de aproximar o cidadão do Congresso, para, de fato, apresentarmos uma solução para este País. Eu queria muito pedir ao Relator, ao Presidente que chamássemos, pela primeira vez, o povo para participar deste debate — é preciso ter coragem para fazer isso — e usássemos as novas tecnologias para que isso possa ser feito em âmbito nacional. Assim, decidiríamos junto com a população. Sim, que eles possam votar conosco, e não só esta Comissão, com 30, 40 Deputados, e depois o Parlamento, com 513, possa decidir o futuro dos 200 milhões de brasileiros que moram neste País.

Então, eu queria muito pedir que fizéssemos uma reflexão sobre isto: que se abrisse de fato uma consulta popular, que se criasse um portal da reforma política, que se estendesse a discussão a toda a população brasileira, para que ela possa participar, discutir, para que os nossos intelectuais possam colocar os seus pontos



de vista. Juntos poderíamos criar uma inteligência coletiva para minimizar este problema tão grande que estamos enfrentando em nosso País: a crise de representatividade e a descrença da nossa população. Os nossos jovens não querem mais saber da política. Isso é triste, porque, quando pensamos no futuro, sabemos que são eles que vão governar este País.

Nós precisamos dar uma resposta muito clara à sociedade e resgatar a esperança que ela tem nas instituições políticas.

É essa a minha manifestação.

Parabéns, nobre Relator! As suas palavras me sensibilizaram muito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Com a palavra o Deputado Padre João. Peço que fale ao microfone para que fique registrado.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, quero saudar todos os palestrantes que contribuem com esse processo.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda, um partido socialista. Acho importante reafirmar isso aqui.

Dr. Marcello Lavenère, cuidado com a multa, que é, no mínimo, de 30 mil.
(*Riso.*)

Ele citou o Presidente do TSE duas vezes aqui e corre o risco de ser multado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - O Marcello já tem imunidade parlamentar. (*Riso.*)

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Eu mantenho o que eu disse. Eu vou pagá-la.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Multa só por citação. A apresentadora Monica Iozzi fez uma crítica ao Ministro Gilmar Mendes, que concedeu *habeas corpus* àquele médico estuprador, condenado por mais de 100 anos, e teve que pagar uma multa de 30 mil reais por tê-lo citado — isso faz 1 mês.

Na verdade, acho que nós temos um grande desafio: resgatar a credibilidade. É verdade que todas as instituições padecem de um descrédito. Talvez a grande mídia jogue mais luz aqui no Legislativo por causa de setores do Judiciário. O Poder Judiciário também tem um grande descrédito. Setores do Ministério Público também



comprometem a instituição. Setores da Polícia Federal comprometem a instituição como um todo. É vergonhoso tudo isso.

O nosso desafio aqui é buscar de fato esse reencantamento da população, fazendo-a participar das discussões em busca de uma transformação.

Eu creio que o Relator, Deputado Vicente Candido, vai ter que fazer um milagre para redigir o relatório da reforma com a qual sonhamos e da qual precisamos. Como Parlamentar, também acho que só uma constituinte exclusiva vai conseguir resolver de vez essa situação.

O nosso Parlamento é totalmente contaminado pelo poder econômico. As últimas eleições já poderiam ter tido um resultado diferenciado, Marcello. É verdade que foi uma conquista o fim do financiamento empresarial, o que veio, surpreendentemente, do Judiciário.

Nessas eleições houve um número bem menor de mulheres nas Câmaras Municipais — houve uma grande redução.

Eu tinha esta compreensão: onde a questão econômica pega mais é, às vezes, em relação às mulheres, aos negros, aos indígenas, aos jovens. Mas eu, pelo menos, não considere também uma onda direitista, uma onda de retrocesso, de preconceitos, que também contaminou o processo. Eu não sei como superar isso, porque eu focava muito nessa questão econômica. Eu acredito que tem que se avançar mais, embora a CNBB... Eu louvo o trabalho do Marcello e do D. Joaquim Mol.

Se, por um lado, a doação de pessoa física leva a um comprometimento, a uma complexidade no processo, por outro ainda favorece determinados setores. Os ricos, os milionários e o grande latifúndio são os favorecidos. Isso ainda deixa a nossa democracia capenga. E o povo não se sente representados por esses que vem para cá ou por aqueles que ocupam também as Prefeituras.

Eu ainda tenho que me aprofundar, Deputado Marcelo Castro, em relação ao voto misto, ao voto distrital. Sou de Minas Gerais, um Estado que possui 853 Municípios. Para V.Exa. ter uma ideia, eu tive votos em 746 Municípios. E eu consigo dialogar com todos eles, que estão divididos em 14 regionais, em blocos. Tenho uma assessoria regional em cada lugar, faço plenárias regionais, tenho dois representantes que têm um conselho político. Enfim, tenho um mandato com



conselho político deliberativo. Fazemos assembleia geral deliberativa do mandato, com plenária de 3 dias.

Então, acho que é possível formatos que garantam a participação popular, com interação permanente, mesmo em Estados desafiadores, como Minas Gerais e Bahia. Outros Estados também têm dificuldades, como o Amazonas. Mas isso é possível. Acho que estamos avançando.

Em relação à lista fechada, eu acho que ela fortalece bastante o partido, reafirma que os mandatos pertencem ao partido e que o partido tem que ter proposta.

Agora não sei, Deputada Luiza Erundina, como avançar, como valorizar os partidos que ainda não têm essa força, que não têm representatividade, mas que têm ideologia. Isso é difícil. E os partidos que são simplesmente moedas de negócio? Eu não sei como resolvermos essa questão de tantos partidos. E ainda estão criando mais partidos — há vários políticos colhendo assinaturas para se criar mais partidos. Como valorizar um partido ideológico, que tem um projeto de nação como um todo, com tantos outros que são meras moedas de negócios, cujas siglas não significam nada?

É importante participarmos deste debate aqui. Vamos aprofundando o diálogo, e ainda tenho esperança de avançarmos. O que não podemos, Sr. Relator, é ter retrocesso — não podemos ter retrocesso. Com todos esses problemas, Deputado Marcelo Castro, tivemos um pequeno avanço. Repito: não podemos ter retrocesso.

Sr. Relator, só de V.Exa. nos garantir que não vai haver retrocesso já nos tranquiliza, mas queremos avançar. Acho que a razão de estarmos aqui é para avançarmos numa representatividade. E acho que a lista contempla a questão indígena. É fundamental respeitarmos nossos povos, e não é porque se fazem presentes aqui que digo isso. Mas acho vergonhoso não haver representantes da comunidade indígena, há poucos da população negra. A questão étnica e de gênero não são pequenas. É vergonhoso esse preconceito — isso ficou evidente, descarado — que se manifestou nas urnas, com a redução da participação das mulheres nas Câmaras Municipais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Deputado Padre João.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Andrade. *(Pausa.)*

Como S.Exa. não vai usá-la, passo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, muito obrigada por me conceder a oportunidade de me pronunciar nesta sessão. Para todas e todos aqui, é uma tarde de imensa dedicação, com vários temas sendo debatidos, inclusive alguns que dizem respeito à estrutura política do Brasil, que estarão em debate em seguida no plenário.

Quero fazer uma saudação a V.Exa., ao Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, e aos nossos convidados presentes: o Sr. Antônio Augusto de Queiroz, Diretor do DIAP; o Dr. Marcelo Lavenère, que representa a CNBB; e também o Cleber César Buzatto, que representa o CIMI.

Quero iniciar pela questão que pude ouvir mais detidamente, trazida pelo Cleber, sobre representação dos povos indígenas, destacando uma iniciativa tomada pelo atual Secretário do Governo de Minas Gerais, Nilmário Miranda, ex-Ministro de Direitos Humanos e nosso colega Parlamentar. Eu gostaria de sugerir ao Relator que buscássemos a PEC 320/13.

Essa proposta é o início de um exercício muito bem vocacionado, no meu ponto de vista, pelas intenções sempre justas e dignas de Nilmário Miranda, para tratar da representação dos povos indígenas no Brasil. Sem dúvida, essa ausência compromete a democracia brasileira. Algumas vezes, tenho conversado com a Deputada Luiza Erundina sobre o comprometimento da qualidade da democracia com essas ausências neste plenário. Talvez nós não percebamos isso, por envolvidos que estamos no cotidiano de trabalho da Câmara. Mas esses segmentos não se percebem, não se veem representados. É preciso reconhecer um país que, por si, é multicultural. E a questão dos povos indígenas, até pela sua estrutura diferenciada, uma estrutura geopolítica diferenciada, que nunca foi reconhecida no Brasil, deve nos levar a pensar sobre a Nação brasileira e sobre a democracia.

Nós temos uma oportunidade no Brasil, ao compreendermos a diversidade brasileira olhando para os povos indígenas, sobretudo para eles como povos originários, de nos qualificar e construirmos uma democracia muito melhor.



Assim também as questões mais evidentes, até pela mobilização das bancadas que existem aqui dentro — refiro-me à própria bancada feminina —, não têm sido enfrentadas ao longo do último período. Não são questões simples, mas o fato é que a política é excessivamente branca, masculina, distante. E essa política é o espelho do dinheiro, o espelho por onde transita o dinheiro. Obviamente, ele não transita entre os povos indígenas, entre os quilombolas, na periferia das cidades, entre os negros e negras do Brasil, principalmente entre as mulheres.

Há pesquisas que têm indicado que o financiamento das campanhas, sobretudo o financiamento empresarial, mostra-se absolutamente diferente, ao falarmos das mulheres e de homens, com dispositivos de gênero muito marcados e muito claros. E não se diga que as mulheres aqui tratam de questões que não são importantes. Não se diga que as mulheres estão ligadas a uma ou outra causa que não tem relevância, até porque a dimensão social e humana das nossas causas deveria ser o sentido da política, mas nós também participamos de todos os outros debates, é claro, ainda que talvez tenhamos uma participação menos articulada.

Há um tipo de *lobby* presente nesta Casa que também tem marcas de gênero pelos caminhos do dinheiro.

Esta Comissão, Sr. Presidente, Sr. Relator, faz um debate muito importante sobre a reforma política e participação, tema que tem sido embalado por colegas que estão aqui, como o Padre João e o Deputado Marcelo Castro — e este último possibilitou de forma brilhante o debate no período em que teve a responsabilidade mais direta sobre esse tema e a quem sempre somos solidários, pela dignidade com que lida com os desafios da política.

Mas, sobretudo, devemos um tributo hoje à Deputada Erundina, como a grande líder — e é importante que o seja — dessa bandeira.

O que eu quero modestamente agregar a este debate é justamente o tema da qualidade da democracia, que passa por debatemos aqui não apenas — ainda que estejamos focados em medidas que modificam a estrutura de um sistema eleitoral — a superfície da democracia que é o sistema eleitoral. Nós temos que lidar com os fundamentos da democracia, que dizem respeito à capacidade ou não de representação da sociedade como um todo e da participação direta do cidadão e da cidadã.



Para alguns setores, o princípio da igualdade — qual seja o de um cidadão ou uma cidadã um voto — basta para a democracia. De certa forma, ao sustentarmos a defesa do voto direto — ou ao lutarmos por ele de forma ferrenha na luta contra a Ditadura Militar, quando nos forjamos nessa jornada —, nós sustentamos esse princípio como o fundante de uma nova democracia com a Constituição de 1988.

O que é de se lamentar é que, entre 1988 e aquilo que alguns chamam de *impeachment* — mas que eu considero um golpe parlamentar e institucional que ocorreu neste ano — nós tivemos nesse período tempo suficiente para tratarmos da qualidade da democracia, que, se parada nos termos de 1988, naturalmente não poderia mais responder às necessidades de um País que estabeleceu novas questões e uma complexidade de matérias. Mas nós não o fizemos, o Parlamento não fez.

Eu não vejo, sinceramente, o tema da reforma política, primeiro, como um tema do Poder Executivo, muito menos vejo como tema do Poder Judiciário; eu vejo a reforma política sempre como algo que perpassa, que vem leitura da sociedade e das atribuições do próprio Parlamento. E incomoda-me terrivelmente quando eu vejo que o Parlamento, o Legislativo, vai abrindo mão das suas prerrogativas em questões que podem ser consideradas menores, como, por exemplo, a semana passada, quando os Parlamentares votaram a flexibilidade do horário do programa *A Voz do Brasil* e que eles não falarão mais para o povo brasileiro, a não ser que peçam aos editores dos jornais do período. Perderam a palavra os Parlamentares, cassaram a sua própria voz... Isso ocorreu há uma semana aqui na Câmara dos Deputados. E assim fizeram com a PEC 251, que retira da Câmara dos Deputados o orçamento real. E a proposta diz que agora nós vamos apenas ajustá-lo, a partir das bases orçamentárias de 2017... Que Legislativo é esse que não ciente e defensor das suas próprias prerrogativas?! Que Legislativo é esse que desequilibra sempre o seu poder em direção ao Poder Executivo, retirando de si próprio — mas retirando, primeiro, quando tira de si próprio, do povo brasileiro — o controle sobre o Poder Executivo. É isso o que ocorre quando os Parlamentares aqui se colocam à sombra de outro Poder sem compreenderem a autonomia que pressupõe a harmonia entre os Poderes, harmonia que existe desde a revolução francesa. E ainda bem que a



Revolução Francesa existiu e que alguns princípios, talvez, continuem absolutamente vivos, embora, talvez, a maioria deles ainda não tenha sido aplicada.

Nós temos que enfrentar, do meu ponto de vista, portanto, um problema também original que diz respeito ao Parlamento. O Poder Legislativo conseguirá realizar uma reforma política que democratize a democracia? É preciso que o Legislativo entregue mais à sociedade, mas mantenha suas prerrogativas, preocupe-se com a qualidade da representação, reaproxime-se com a representação da sociedade, enfrente a falência que há na sua capacidade de diálogo, como Parlamento, com a sociedade civil.

Esses novos movimentos que se organizam no Brasil não nos escolhem como interlocutores; alguns buscam o diálogo com o Parlamento — e é relevante que o façam. Esses, em geral, estão vinculados aos movimentos sociais que têm uma visão democrática do mundo. Mas outros invadem o plenário, impedem a realização de uma sessão em nome da volta à ditadura, em nome de um apelo ridículo ao fim da democracia. Eles próprios querem fechar o Parlamento com seu discurso contra a democracia.

Senhores e senhoras, eu penso que nós devemos ter uma reflexão mais profunda e que nos aproxime da sociedade civil. Em cada medida — e no conjunto delas — percebemos como elas estarão agindo com esse objetivo central.

Creio que nós devemos ser uma Comissão a essa altura que reflita sobre o seguinte: mais importante do que os efeitos imediatos em um sistema eleitoral, considerando o projeto de lei que tramita no Senado e que virá a esta Casa, consiga ressignificar e situar as medidas que forem aqui tomadas como importantes não para nós mesmos e para nós mesmas, mas para o lado de fora desta Casa.

Se a sociedade não compreender que estamos fazendo isso, nós estaremos colocando em risco não apenas o nosso trabalho e os nossos mandatos, mas a própria democracia, considerando os movimentos de direita, autoritários e vinculados ao que há de pior dos tempos dos porões da ditadura.

Nós devemos ter a clareza entre nós que, se não formos adequados, justos, transparentes nos nossos limites e capazes de dialogar com a sociedade, nós estaremos ampliando a desconfiança que os setores têm na capacidade de a



democracia resolver os seus problemas. E o pior sentido que pode haver em uma sociedade é quando ela para de confiar na democracia.

Nós não podemos permitir isso — não podemos—, seja qual for o partido que se encontre no poder, seja qual for a posição ideológica. É preciso que, mesmo assim, tenhamos um acordo. O nosso acordo é o princípio que nós formulamos em 1988. O que se afastar da Constituição de 1988, o que rasgar as garantias e os direitos individuais, o que retroceder em direitos políticos, à liberdade de organização; o que retroceder e não avançar, em determinados momentos, significa ceder e retroceder, em termos de participação, sobretudo, poderá significar o comprometimento mais definitivo do que nós estamos vivendo.

E digo isso até porque — e concludo dizendo isso a vocês — havia uma confiança, um pacto de quem ganhasse uma eleição governaria. Nós já não podemos mais dizer que este pacto está plenamente vigente. E um dos princípios da democracia é a aceitação do resultado das urnas.

Nós estamos em uma situação gravíssima no Brasil em todos os sentidos, mas, particularmente, esta Comissão tem responsabilidade com a defesa democrática, e os seus passos podem aprofundar a democracia ou ser um discurso para os que querem comprometê-la.

Obrigada e um bom trabalho a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Nós queremos passar a palavra aos expositores. Cada um terá 3 minutos para as suas considerações finais.

Com a palavra o Dr. Antônio Augusto de Queiroz.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ - Diante do que ouvi aqui, dá vontade de ter ouvido tudo antes para falar agora, porque é muito interessante tudo o que se ouviu aqui.

Nós estamos passando por momento no Brasil da pós-verdade, período em que o debate a respeito de conteúdo, de fatos e de verdade fica em segundo plano e se instiga, busca-se mexer com os instintos mais primitivos das pessoas, forçando o chamado “gatilho mental” e provocando ou instigando as pessoas para que elas sejam provocadas, do ponto de vista do comportamento, tenham reações etc.



O que se busca fazer? Associa-se a determinadas lideranças ou a determinado tipo de pensamento algo que a sociedade mais conservadora e menos politizada rejeita fortemente. Com isso, coloca-se um carimbo em algumas lideranças e em alguns partidos, rotulando-os, por exemplo, como grupamento contra os valores familiares e religiosos. Ali já se satanizou esse determinado grupo, sob esse ponto de vista. Coloca-se em partidos um carimbo de corrupção, de irresponsabilidade fiscal, disso ou daquilo. E aí, para enfrentar uma realidade como essa, nós temos que mudar a forma de abordagem.

Vou dar-lhes um exemplo: o campo da esquerda hoje — e quem diz que não tem esquerda e direita é porque é de direita — está cometendo um erro monumental quando faz a abordagem de pessoas que, por desinformação, muitas vezes, apoiaram o processo de *impeachment*, imaginando que o novo governo, no dia seguinte, resolveria todos os seus problemas. O erro é dizer que são golpistas os que apoiaram o *impeachment* — e eles não são. E digo isso porque 90% dessas pessoas foram iludidas, desinformadas e apoiaram determinado tipo de ideias motivadas por esse momento de comunicação do pós-verdade, quando se atribuiu ao PT toda degradação moral do País. E, quando a esquerda assim age, ela não dialoga com essas pessoas de modo adequado, de modo a trazê-las para o nosso campo. Caso contrário, a esquerda será minoria a vida inteira.

A forma de abordagem é fundamental para resgatar esse centro democrático que tem, com as forças de esquerda, uma preocupação de reconstrução, para evitar a destruição do que ainda resta do Estado de bem-estar social.

Essa abordagem é fundamental. Nós precisamos desinterditar o debate.

Estou dizendo isso porque tenho familiares que se comunicam pelos grupos no WhatsApp, mas é realmente uma tragédia, porque ninguém dialoga.

Quando alguém chega para as pessoas e diz que determinado governo, determinado partido é responsável pela degradação moral do Brasil, essa mesma pessoa não diz que há 10 anos não existia lei de conflito de interesses; lei geral de acesso à informação; atualização da lei de combate ao crime organizado, que permite que o COAF acesse a movimentação financeira de qualquer cidadão; que permite convênio internacional, para que se tenha acesso a recursos; não havia a lei de responsabilização da pessoa jurídica — e, portanto, nós tínhamos a figura do



corrupto e não tínhamos a do corruptor; não tinha a ficha limpa; não tinha a lei de combate à compra de votos; não tinha lei de delação premiada ou de combate ao crime organizado; não havia votação aberta em apreciação de veto, pois a votação era secreta. É uma nova realidade. O avanço é monumental.

Diz-se que a direita cresceu muito no Brasil. Não é verdade. Ela se expôs mais. Não há evidência empírica comprovando isso. Se você pesquisar essas questões de gênero, homofobia, etc., você vai encontrar um universo de pessoas muito mais tolerantes, muito mais favoráveis à questão, por exemplo, da união homoafetiva, da liberdade sexual e reprodutiva da mulher. Isso é comprovado empiricamente. Só que esse grupo ativado por esse moralismo justiceiro que está em moda — e há uma crise econômica que ajuda a reforçar isso — vem à tona e se empolga com a possibilidade de transformar e nos coloca recuados.

Mas não há qualquer ato concreto ainda, mesmo quando Eduardo Cunha assumiu a Presidência da Câmara até ser preso, que tenha virado lei nessa investida contra os direitos humanos. Nenhum.

Entretanto, o que nós fazemos? Como a imprensa dá como fato consumado, as pessoas se recolhem, acham que o mundo acabou e não lutam mais para evitar que isso objetivamente se concretize. Isso requer, naturalmente, educação política.

Volto especificamente ao tema da nossa conversa aqui para dizer que, hoje, se não houver educação política, quem tem uma vida organizada fora da vida pública não será louco de ingressar para a vida pública, seja por concurso, seja para exercer um cargo de livre provimento ou mesmo concorrer a uma eleição, ser um agente público. E isso ocorre porque associou-se essa pretensão à bandidagem, ao desvio de conduta, etc. Nós temos que combater fortemente isso.

Aqui nós vemos, só pela lista de leis que eu levantei aqui, que houve um avanço monumental nesse combate. Hoje está respondendo por isso um partido que estava no poder. É natural isso. O registro guardado no Brasil é dos últimos 5 anos. Os próximos que delinquirem vão responder do mesmo modo, com a mesma lei.

Então, transferiu-se para órgãos de Estado atribuições que antes eram específicas de CPIs. A Polícia Federal, o Ministério Público e o TCU têm hoje uma série de prerrogativas que não tinham até pouco tempo atrás.

Então, quem tem uma vida organizada não quer entrar para a política.



Isso é uma tragédia, porque, mesmo quem já é funcionário de carreira, que tem uma aposentadoria a preservar, que é seu principal patrimônio, antes de tomar uma decisão vai pensar 10, 15 vezes.

Então, nós estamos num momento em que para cada fiscal da receita há três da despesa. Está errado isso. Nós temos as leis, mas você não pode impedir que o gestor governe e tome decisões. E isso passa por educação política.

Quando eu menciono aqui que o Congresso pode contribuir com isso é porque ele pode promover campanhas — e há veículos para isso — para informar qual é realmente o papel do Estado.

O papel do Estado — e eu mencionei aqui os monopólios — é, na minha avaliação, o de combater a desigualdade e de garantir a paz social, mas ele está sendo direcionado para garantir propriedade, garantir contrato, garantir a moeda e deixar em segundo plano isso. Isso é uma disputa de natureza ideológica da qual as pessoas precisam ter clareza. E elas só terão clareza se forem educadas politicamente.

Com essa composição do Congresso Nacional, é difícil que a reforma política passe. Então, concordo com o Relator no sentido de que deve haver generosas regras de transição.

Quanto à questão da cláusula de barreira, nós já temos duas: o quociente eleitoral e 10% do quociente para se eleger. Mas se pode instituir outra cláusula, também com regra de transição, desde que se garanta a federação de partidos.

A questão que o Deputado Marcelo Castro lembra aqui e é bem relevante, pois 70% dos eleitores não sabem em quem votaram, o que é consequência da permissividade em relação à quantidade de candidatos. Isso é um escândalo! Aí, ninguém vai lembrar o voto. Há coligações em que você vota em um e elege outro.

Aqui em Brasília, por exemplo, houve uma coligação entre o PT e o PROS. O PT, sozinho, faria dois candidatos; elegeu um. Na coligação, porém, fez dois candidatos e, portanto, ajudou a eleger o outro, que é Pastor Ronaldo Fonseca, membro desta Comissão. Mas ele e a Deputada Erika Kokay pensam de forma absolutamente diferente. Se se mostrar um copo com água até a metade e perguntar se está quase cheio ou quase vazio, um vai dizer que está quase cheio e



o outro vai dizer que o copo está quase vazio. Em qualquer assunto isso vai acontecer, não há hipótese de eles pensarem da mesma forma.

Lá em Pernambuco, o PT se coligou com o PTB. Sozinho, ele elegeria três candidatos com os votos que obteve, não elegeu nenhum. Acabou entregando para o PTB...

Então, isso é uma perversidade, uma maldade com o eleitor, que não vai saber mesmo em quem votou.

Quando eu mencionei aqui a lista fechada, eu o fiz na seguinte perspectiva: tem que ser um processo democrático em que os membros daquele partido vão escolher, e a comunidade vai saber, em verdadeiras prévias, os nomes dos candidatos que vão compor a lista. Há a possibilidade de isso passar.

E há também essa proposta que a OAB chancela de haver dois momentos para o voto: um na lista, quando se observa o número de vagas que há; depois, outro, com o dobro de candidatos às vagas que o partido terá direito.

Eu sei que é mais complexo. Mas, por exemplo, no sistema eleitoral alemão, com voto distrital misto, que o Deputado Marcelo Castro cita, não há um número fixo de Deputados. O número de vagas é definido a partir da lista, mas a prioridade é para quem é eleito no majoritário do distrito. Então, o número de membros do Parlamento é flexível.

Aqui no Brasil, para se adotar isso, teríamos que retirar o número fixo. Nós temos 513 Deputados, com um mínimo de 8 Deputados e o máximo 70 Deputados por Estado. É o que prevê a Constituição.

De qualquer maneira, há necessidade de moralizar o sistema. Se houvesse uma mudança cultural — e nem haveria necessidade de legislação —, no sentido de que nenhum partido aceite candidatos que não estejam de acordo com o programa, ou se coligue com partidos que pensem de forma diferente, já seria um grande salto.

Em segundo lugar, seria importante que os partidos não lançassem candidatos meramente para lançar. Nós sabemos que muita gente se candidata para ficar alguns dias de folga, porque a legislação garante a remuneração no período de afastamento. E isso é inaceitável! Então, esses são desvios que precisam ser combatidos, seguramente.



Concluindo, o que está em disputa neste momento é a forma como se vai definir o modo de ocupar os espaços de poder. Se nós não nos educarmos fortemente para a cidadania, pessoas inescrupulosas, fundamentalistas, populistas vão se apropriar do aparelho do Estado para, em vez de resolver os problemas da população, resolver os seus próprios problemas e os dos grupos a que pertencem. E isso vai se aprofundar cada vez mais.

O Estado, no Brasil, é responsável pela paz social! O País distribui bens, serviços e programas sem os quais ele estaria em guerra! O Deputado Marcelo Castro sabe, por exemplo, o quanto o Estado dele recebe em benefícios previdenciários. E aquele Estado jamais teria recursos para formar uma poupança capaz de permitir aquele retorno.

Se você permitir que se faça uma reforma da Previdência nos moldes em que está sendo proposta, com idade mínima de 65 anos, em algumas regiões deste País metade da população morrerá antes de usufruir desse benefício — e ainda se pretenderá desvinculá-lo do salário mínimo. E tudo isso tem relação direta com a política.

Portanto, é preciso chamar a atenção para esse aspecto da forma de abordagem. Em vez de provocarmos ou lembrarmos, de algum modo, aquela disputa entre “eles” e “nós”, “coxinhas” e “petralhas”, e a trazermos para o campo da reação, do comportamento; nós deveríamos trabalhar com conteúdo, ou seja, mostrar qual é o significado dos modelos que estão em debate.

É legítimo que as pessoas pensem de forma diferente. Mas vamos dialogar. Se formos dialogar, muito provavelmente a maioria vai pensar de acordo com aqueles que defendem que o orçamento público deve servir para atender os mais necessitados e não deve ser direcionado para atender interesses de outros segmentos cuja renda não tem natureza alimentar.

Toda a reforma está sendo feita em cima de salário, de benefícios ou de pessoas que dependem de prestação de serviço do Estado. E isso é injusto! Se se tem que fazer uma reforma — e todos estão de acordo com isso —, os prejuízos têm que ser distribuídos proporcionalmente à capacidade contributiva de cada um, e não incidir apenas sobre os mais fracos. Isso é política!



São os dirigentes, os eleitos que estão nos postos, que vão, de acordo com sua visão de mundo, utilizar esse aparelho do Estado. E isso é política. Quer dizer, nós temos que ter essa capacidade de dialogar, de educar para a cidadania. Se não fizermos isso, o caos, a barbárie será inevitável!

Por isso, é fundamental, em um debate que trata da reforma política, que defendamos uma redefinição da forma de se preencherem esses espaços de poder, para que se tenha voz. Se não houver, vai haver uma visão muito voltada para os interesses do mercado, e o aspecto social da população mais humilde vai ficar absolutamente esquecido.

Com isso, eu agradeço a vocês mais uma vez a paciência e peço desculpas pelo imprevisto. E, mais uma vez, agradeço à Deputada Luiza Erundina a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Dr. Antônio Augusto, pela participação, abrilhantando este nosso encontro de reforma política.

Concedo a palavra ao Dr. Marcello Lavenère.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Vou falar rapidamente, para ficar nos 3 minutos. Primeiro, quero fazer uma declaração de absoluta admiração por todos os Deputados e Deputadas que permaneceram aqui hoje. Realmente, isso faz com que eu confesse o seguinte: quando eu falo da Casa, eu não me refiro a todos os Deputados mas da posição ideológica do conjunto da Casa.

Eu sei que aqui temos uma quantidade expressiva de Deputados e Deputadas que não pensam só nos interesses pessoais, na eleição, no curral político, nos favores que vão receber, na troca de favores. Portanto, eu acredito que esses Deputados possam, num momento futuro, não sei quando, ser a semente de uma representação política melhor.

Tenho com o Deputado Marcelo Castro poucas divergências. Eu prefiro o voto proporcional ao voto distrital. Mas a forma de composição com o voto distrital misto não me deixa com a pressão alta, Deputado. Portanto, nós não temos maiores divergências sobre este ponto.

Concordo que o sistema induz à corrupção — concordo. Como uma pessoa pode se candidatar a Deputado Estadual ou a Deputado Federal, ainda que seja



abastado, e fazer uma campanha sem ajuda de um tostão da iniciativa privada ou de amigos poderosos? Ele não se elege, simplesmente não se elege.

O sistema induz o candidato a procurar esse dinheiro. Isso é essencial. Estou de acordo com o Padre João: sequer a contribuição individual deve ser mantida. A minha posição na coalizão é no sentido de financiamento público exclusivo. E há dinheiro sobrando para isso. Portanto, posiciono-me pelo financiamento público exclusivo.

Como disseram que isso não passa, então vamos deixar o financiamento individual.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não está descartado.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Está não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Está não.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Que ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Se o outro está proibido, o dinheiro tem que aparecer de algum lado.

O SR. MARCELLO LAVENÈRE - Pode ser que o dinheiro que vão tirar, Deputado Vicente Candido, da educação, da Previdência, do salário mínimo e da saúde, dê para pôr nessa parte. Eu preferia que se retirasse do capital rentista e das despesas não primárias esses recursos. Mas vamos ver. Quem sabe isso ocorre.

Peço a Deus que essa minoria de Deputadas e Deputados que está aqui seja, pelo menos, Deputado Marcelo Castro, um terço desta Casa. Assim, eu já estaria feliz. Mas não estamos acostumados a ter muitos operários. Nós estamos acostumados a saber, com o Evangelho, que a messe é sempre maior.

Houve também o exemplo do Deputado Padre João, sobre o conselho do mandato. Essa ideia de poder se aproximar é extraordinária! Entendo que nossa democracia vai caminhar melhor quando eu puder dizer que não voto no Vereador que é meu conhecido; que eu não voto no Deputado Estadual ou no Deputado Federal que é meu colega de profissão ou que eu conheço do tempo da faculdade.

Eu quero esquecer, Deputado Marcelo Castro, em quem eu votei para Vereador, para Deputado Estadual e para Deputado Federal e até para Senador, e quero me lembrar que votei no partido tal, que é o meu partido, que corresponde à minha convicção.



Eu penso que, quando evoluirmos mais, o piauiense ou o paulista vai votar no partido dos melhores candidatos. Eu espero que votem no Deputado Marcelo, na Deputada Erundina ou em outros.

Eu não me comovo com a necessidade de o eleitor conhecer a cara do Deputado, o jeito de ele falar ou a forma de ele cumprimentar; eu gostaria muito que os eleitores brasileiros dissessem: *“Voto no partido tal porque é o partido liberal, é o partido que quer entregar o pré-sal os americanos; voto porque quero isso; voto no partido tal porque quer fazer a reforma agrária; voto porque quero que se faça a reforma agrária”*.

Não importa, então, quem seja daquela equipe. Nós somos torcedores de clube de futebol. O nosso time entra em campo, e nós torcemos pelo nosso clube, seja quem for que o técnico escale — seja quem for que o técnico escale.

Eu queria terminar aqui agradecendo o convite ao nosso Presidente, Deputado Lázaro Botelho, ao nosso Deputado Vicente Candido e aos Deputados que aqui falaram.

Deputada Luiza Erundina, estou certo de que essa ideia da sociedade civil de estabelecer uma fiscalização do funcionamento do Congresso Nacional não significa e nem deve significar, em hipótese nenhuma, uma interferência sobre a Frente Parlamentar de Legislação Participativa.

Tenho certeza de que os Deputados e as Deputadas vão encontrar uma forma de compatibilizar aquela que é a proposta de uma fiscalização e de um acompanhamento da atividade legislativa daquilo que é outra coisa, que é a Frente Parlamentar de Legislação Participativa.

De modo que agradeço, então, repetindo, ao nosso Relator.

Cumprimento os meus colegas de Mesa e devo dizer somente mais uma coisa. Eu queria dizer algo, mas não encontrava uma forma para fazê-lo. Porém, mesmo de forma canhestra, eu vou dizer: Deputado Vicente Candido, neste momento em que nós estamos discutindo reforma política, eu tenho um pouco de preocupação. Estamos numa fase, digamos assim, em que o médico está cuidando do excesso de peso do paciente, mas deixando que o enfarte dele continue. É como se ele, em vez de cuidar do enfarte, cuide do excesso de peso.



Nós estamos neste momento sofrendo um ataque que compromete o futuro deste País. Essa PEC que a Câmara dos Deputados aprovou e que o Senado Federal está aprovando é um golpe de morte, uma indecência absoluta em nosso País. Esse é o enfarte, essa é a hemorragia. E nós estamos aqui, de alguma forma, discutindo o excesso de peso do candidato.

Não estou dizendo com isso que a reforma política não seja importante, mas eu queria que o Brasil inteiro, neste momento, Deputado Vicente Candido, estivesse pensando o que representa essa “PEC da morte”, essa PEC perversa que favorece o capital rentista e pune os trabalhadores, o povo brasileiro, a saúde, a educação e destrói — quem sabe, vai destruir — o futuro deste País.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado, Dr. Marcello, pela sua participação, abrilhantando aqui a nossa Comissão.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Cleber César Buzatto.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO - Apenas quero agradecer a oportunidade.

Aproveito as últimas palavras para passar a informação de que hoje um grupo significativo de representantes de lideranças indígenas, de vários povos do País, junto com pescadores e pescadoras artesanais, quilombolas, quebradeiras de coco da Bahia, do Maranhão, de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, fizeram um ato pacífico, mas de profunda importância simbólica de ocupação, ali no parque inferior do Palácio do Planalto.

Eles denunciam uma série de agressões que estão em curso contra esses povos. Também, Dr. Marcello, protestam contra a PEC 241, agora PEC 55, que atingirá, de forma bastante gravosa e profunda, a população brasileira e, portanto, os povos indígenas e as comunidades tradicionais deste País.

Quero desejar a esta Comissão a continuidade dos trabalhos. Desejo que os trabalhos sejam profícuos, na perspectiva de se ampliar a representatividade da diversidade social, cultural, econômica e de gênero aqui no Parlamento. Desejo que este Parlamento seja mais a cara da sociedade e, ao mesmo tempo, que essa reforma política possa produzir efeitos que diminuam os desequilíbrios de representatividade.



Acho que não podemos mais permitir situações como, por exemplo, a de os povos indígenas não terem um representante na Casa. Enquanto isso, a bancada ruralista, que não é a mais representativa socialmente, é a mais representativa nesta Casa. Há mais de 200 Parlamentares que se dizem da bancada ruralista, enquanto os povos indígenas não aqui têm um representante.

Felizmente há Parlamentares — embora poucos, mas combativos — que aqui se posicionam em defesa da causa indígena. Por isso, nós aproveitamos, como organização indigenista — não de representação direta dos povos, mas como organização de apoio e aliada dos povos —, para agradecer a esses Parlamentares que se dedicam à defesa da causa indígena e, portanto, atuam na perspectiva de manutenção dos direitos desses povos e dessas comunidades.

Nós agradecemos. Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Obrigado pela participação, Dr. Cleber.

Eu agradeço a presença de todos os expositores, que, com as suas manifestações, vieram abrilhantar a nossa Comissão.

Quero também avisar que, na próxima quinta-feira, não haverá reunião aqui, porque estaremos em audiências em outros lugares.

Agradeço a participação de todos os que estiveram presentes no decorrer desta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convocando reunião para a próxima terça-feira, com a presença do Ministro Gilmar Mendes.

Muito obrigado.